



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SOCIEDADE, AMBIENTE
E QUALIDADE DE VIDA
MESTRADO ACADÊMICO**

SUELANY SOUSA DA SILVA ARAÚJO

**DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS À EXCLUSÃO: um
estudo de caso da comunidade São Jorge, Belterra - Pará**

SANTARÉM - PA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SOCIEDADE, AMBIENTE
E QUALIDADE DE VIDA
MESTRADO ACADÊMICO

SUELANY SOUSA DA SILVA ARAÚJO

DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS À EXCLUSÃO: um
estudo de caso da comunidade São Jorge, Belterra - Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade Vida do Centro Interdisciplinar da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito para obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alanna do Socorro Lima da Silva

SANTARÉM – PA
2019

SUELANY SOUSA DA SILVA ARAÚJO

**DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS À EXCLUSÃO: um
estudo de caso da comunidade São Jorge, Belterra - Pará**

Esta Dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção de título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Alanna Socorro Lima da Silva (IBEF/Ufopa)
Presidente da Banca - Orientadora

Prof.^a Dr.^a Helionora da Silva (Ufopa)
Membro Interno

Prof. Dr. Thiago Vieira (IBEF/Ufopa)
Membro Interno

DEDICATÓRIA

À todos aqueles que tiveram seus sonhos interrompidos; aqueles que por razões adversas desistiram no meio do caminho.

À Deus por guiar e conduzir meus caminhos; aos meus pais que me encorajaram a lutar por meus objetivos e sempre estiveram ao meu lado; à razão da minha vida, minha filha Amanda, por ser minha inspiração; aos professores pelas discussões e conhecimentos compartilhados; a minha orientadora por abraçar comigo este grande e instigante desafio; aos amigos e colegas do Programa pelos sonhos compartilhados; aos moradores da comunidade São Jorge, em especial, seu Neilton e seu Milton Almada e Família pelo acolhimento a mim dispensado; ao PPGSAQ.

“Quando os problemas se tornam absurdos, os desafios se tornam apaixonantes”

(Dom Hélder Câmara)

ARAÚJO, Suelany Sousa da Silva. **DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS À EXCLUSÃO**: um estudo de caso da comunidade São Jorge, Belterra - Pará. 2019. p. 84. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, 2019.

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar como os moradores da comunidade São Jorge, localizada no oeste paraense, se organizaram para a saída da Floresta Nacional do Tapajós. Tal estudo propõe-se a apresentar os desafios, bem como as causas e consequências deste processo por meio de uma abordagem histórica, social, econômica e ambiental. Assim, far-se-á o levantamento das informações como dados históricos, dados da situação atual e da evolução socioeconômica e dos sistemas de produção antes e após a saída da Flona, pois com a evolução histórica busca-se explicar as transformações econômicas, sociais e ambientais ocorridas ao longo do tempo e que ocasionaram a conformação atual do objeto de estudo. Os critérios metodológicos foram assim organizados: pesquisa documental de materiais impressos e documentos relacionados ao processo de emancipação da comunidade; reunião; rodada de conversa; realização de entrevistas semi-estruturadas com os moradores mais antigos, representantes da Associação Comunitária e moradores acima de 18 anos, tendo por base a técnica da “bola de neve” (*snowball*), abrangendo cinco eixos temáticos: os aspectos históricos, ambientais, sociais, econômicos e institucionais da Comunidade São Jorge. Trata-se de um estudo de caso, apresentando uma abordagem sistêmica, baseada na percepção dos moradores. Com base nos relatos dos moradores entrevistados, enquanto São Jorge fazia parte da Flona havia maior amparo do IBAMA, existia um controle maior do uso da floresta, da caça. No entanto, esta ação de fiscalização causava desconfiança, medo. Os moradores sentiam-se presos, sem liberdade para criar seus roçados e plantar, sem direito para retirar madeira da floresta e fazer suas casas, havia restrições para a caça e por conta de tais proibições achavam-se oprimidos, perseguidos. Para a maioria dos entrevistados, a agricultura continua sendo o principal tipo de produção da área (lote), tendo a inserção da mecanização em algumas propriedades. As principais representações organizacionais da comunidade são a delegacia sindical e o conselho comunitário, sendo que a não participação nas organizações sociais da comunidade dá-se, principalmente, pela falta de interesse dos comunitários; as organizações têm atuação regular na comunidade, funcionando bem em sua gestão. A natureza passou a ser vista pura e somente como uma mercadoria, da qual se tira tudo e não se tem a preocupação em conservar.

Palavras-chaves: Memória. Participação. Sustentabilidade.

ARAÚJO, Suelany Sousa da Silva. OF THE NATIONAL FOREST OF TAPAJÓS TO EXCLUSION: a case study of the São Jorge community, Belterra - Pará. 2019. p. 84. Dissertation (Interdisciplinary Masters in Society, Environment and Quality of Life). Federal University of West of Pará, Santarém, Pará, 2019.

ABSTRACT

This work aims to present how the residents of the São Jorge community, located in western Pará, organized themselves to leave the Tapajós National Forest. This study proposes to present the challenges, as well as the causes and consequences of this process through a historical, social, economic and environmental approach. Thus, the information will be collected as historical data, data of the current situation and socioeconomic evolution and production systems before and after the departure of Flona, because with the historical evolution it is sought to explain the economic, social and environmental factors that have occurred over time and which have led to the current conformation of the object of study. The methodological criteria were thus organized: documentary research of printed materials and documents related to the process of emancipation of the community; meeting; round of conversation; semi-structured interviews with the oldest residents, representatives of the Community Association and residents above 18 years of age, based on the snowball technique, covering five thematic axes: historical, environmental, social aspects, economic and institutional aspects of the São Jorge Community. It is a case study, presenting a systemic approach, based on the perception of the residents. Based on the reports of the residents interviewed, while São Jorge was part of Flona there was greater protection from IBAMA, there was a greater control of the use of forest and hunting. However, this enforcement action caused mistrust, fear. The residents felt trapped, with no freedom to create their brush and planting, with no right to remove wood from the forest and make their homes, there were restrictions on hunting and because of such prohibitions they were oppressed, persecuted. For most of the interviewees, agriculture continues to be the main type of production in the area (lot), with the insertion of mechanization in some properties. The main organizational representations of the community are the union precinct and the community council, and the non-participation in the social organizations of the community is mainly due to the lack of interest of the community; the organizations have a regular role in the community, functioning well in its management. Nature came to be seen purely and only as a commodity, from which everything is taken away and one does not have the concern to conserve.

Keywords: Memory. Participation. Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 – Localização da Floresta Nacional do Tapajós	19
MAPA 2 - Localização da Comunidade São Jorge, Belterra, Pará.....	24
Quadro 1 - Resumo do dossiê de tramitação do processo de exclusão da Comunidade São Jorge, da Floresta Nacional do Tapajós na Câmara dos Deputados Federal	28
Quadro 2 - Principais mudanças ocorridas na comunidade sob percepção das famílias que compõem a comunidade São Jorge	30
Quadro 3 - Principais discursos favoráveis e contra a saída da Flona	32
Quadro 4 - Qual motivo o levou a querer sair da Flona/Tapajós?.....	33
Quadro 5 – Principais aspectos que favoreceram e prejudicaram a comunidade após a saída da Flona na percepção dos entrevistados	34
Quadro 6 - Opinião dos entrevistados sobre a importância de se conservar as florestas, os rios, os animais, os mananciais existentes na sua área de produção e nos arredores da comunidade	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil educacional dos moradores entrevistados de São Jorge	39
Tabela 2: Perfil profissional dos comunitários residentes em São Jorge	39
Tabela 3: Perfil educacional dos familiares dos moradores entrevistados em São Jorge	41
Tabela 4: Atividades que efetivamente compõem a renda das famílias entrevistadas	42
Tabela 5: Formas de organizações sociais existentes na comunidade São Jorge	43
Tabela 6: Participação dos moradores entrevistados nas organizações sociais presentes na comunidade São Jorge	43
Tabela 7: Motivos atribuídos a não participação nas organizações sociais existentes na comunidade	44
Tabela 8 - Avaliação da atuação da organização comunitária dentro da comunidade	44
Tabela 9 - Avaliação em relação ao funcionamento das entidades que cuidam da gestão da comunidade	45
Tabela 10 - Opinião dos entrevistados sobre as perspectivas para o futuro	45
Tabela 11 - Relação de serviços que os comunitários da comunidade São Jorge gostariam de ter acesso ou que fossem realizados	47
Tabela 12 - Principais motivações para a vinda e fixação de moradia na comunidade São Jorge	51
Tabela 13 - Documentações das áreas (lotes) dos moradores entrevistados de São Jorge	52
Tabela 14 - Avaliação da importância dos recursos naturais de sua comunidade.....	53
Tabela 15: Destino de esgoto gerado nas residências	53
Tabela 16: Destino do lixo (doméstico e das atividades)	54
Tabela 17 - Principais problemas socioambientais identificados na comunidade São Jorge antes e depois da saída da Flona/ Tapajós	56
Tabela 18 - Produção dos principais produtos das culturas permanentes indicados pelas famílias de São Jorge na área de plantio	63
Tabela 19 - Produção dos principais produtos das culturas temporárias indicados pelas famílias de São Jorge na área de plantio	64
Tabela 20 - Outras produções realizadas pelos moradores da comunidade São Jorge	66
Tabela 21 - Principais produções animais das famílias de São Jorge	66
Tabela 22 - Principais produções extrativas dos moradores da comunidade São Jorge	68
Tabela 23 - Produções madeireiras dos moradores da comunidade São Jorge	69
Tabela 24: Caças indicadas pelos moradores de São Jorge	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
ARTIGO 1 - COMUNIDADE SÃO JORGE: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA	16
1. INTRODUÇÃO	16
2. BREVE HISTÓRICO E CONTEXTO DA FLONA TAPAJÓS	18
3. MATERIAIS E MÉTODOS	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
4.1 UM PRIMEIRO OLHAR: BREVE HISTÓRICO SOBRE A COMUNIDADE SÃO JORGE	23
4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE SÃO JORGE: PROCESSO DE SAÍDA DA FLONA/TAPAJÓS	27
4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE SÃO JORGE: ANTES E DEPOIS DA SAÍDA DA FLONA/TAPAJÓS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ARTIGO 2 - PERFIL SOCIOECONÔMICO, AMBIENTAL E INSTITUCIONAL DA COMUNIDADE SÃO JORGE, BELTERRA, PARÁ	38
1. INTRODUÇÃO	38
2. MATERIAIS E MÉTODOS	38
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	39
3.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES	39
3.1.1 Dados da composição familiar	41
3.1.2 Composição da renda familiar	41
3.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL	42
3.3 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	48
3.4 ESPAÇO TERRITORIAL	50
3.5 PERFIL AMBIENTAL DA COMUNIDADE	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
ARTIGO 3 - SISTEMAS DE PRODUÇÃO PRATICADOS NA COMUNIDADE SÃO JORGE, BELTERRA, PARÁ: EVOLUÇÃO E CONTEXTO ATUAL EM UMA PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE ANTES E APÓS A EMANCIPAÇÃO	60
1. INTRODUÇÃO	60
2. MATERIAIS E MÉTODOS	61
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	62
3.1 ATIVIDADES PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS NA ÁREA	62
3.1.1 Tipos de produção da área antes e após a saída da Flona/ Tapajós	62
3.1.2 Preparo da área de plantio antes e depois da saída da Flona/ Tapajós	62
3.1.3 Atividades realizadas pelas famílias na área de plantio	63
3.1.3.1 Produção das culturas permanentes da comunidade São Jorge	63
3.1.3.2 Produção das culturas temporárias da comunidade São Jorge	64
3.1.3.3 Outras produções da comunidade São Jorge	65
3.1.3.4 Produção animal da comunidade São Jorge	66
3.1.3.5 Produção extrativa da comunidade São Jorge	67
3.1.3.6 Produção madeireira da comunidade São Jorge	69
3.1.3.7 Caça na comunidade São Jorge	70

CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
APÊNDICES.....	74
APÊNDICE A: Questionário de pesquisa de campo	75

INTRODUÇÃO

A humanidade tem uma preocupação com as áreas protegidas desde 1122 AC, momento em que a Dinastia Grow recomendou a preservação das florestas. A partir de então, de acordo com o processo de evolução e a necessidade da manutenção da biodiversidade, o homem passou a estabelecer normas e instrumentos para a proteção ambiental das mais diversas formas (MAGALHÃES, 2002).

As unidades de conservação foram criadas objetivando garantir a conservação e a preservação das espécies nativas, residentes ou migratórias da fauna e flora específicas de cada bioma, além de um ambiente ecologicamente sustentável para as futuras gerações.

Diegues (1996), no entanto, pontua que os mecanismos de criação dos primeiros parques de preservação ambiental não levavam em consideração os seus possíveis moradores tradicionais. Espalhando-se rapidamente pelo mundo, sobretudo, para os países em desenvolvimento, o modelo conservacionista norte-americano recriou a dicotomia entre “povos e “parques”. Tal ideologia teve um efeito devastador sobre as “populações tradicionais”, pois as florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, exemplificando uma visão inadequada de áreas protegidas.

No Brasil esta realidade foi bem similar. Tendo como modelo a realidade norte-americana, parques nacionais foram criados não levando em consideração as especificidades da realidade nacional. O primeiro Parque Nacional no Brasil, o de Itatiaia, foi criado em 1937, na gestão do governo de Getúlio Vargas, no período denominado pelos historiadores como “República Velha”. A partir da década de 1960, o número de Unidades de Conservação criadas no Brasil tornou-se crescente (BRITO & CÂMARA, 2001).

O sistema de governo que comandava o país era o de regime militar e a política desenvolvimentista predominante propiciou que significativas porções dos elementos da natureza presentes no território fossem largamente exploradas e/ou devastadas em nome do desenvolvimento, objetivando aumentar as áreas de pastagens para a pecuária extensiva e expansão das áreas agrícolas (AGUIAR, MOREAU & FONTES, 2013).

Assim, Santos (2003, p.242) reafirma esta situação pontuando que “a questão ambiental foi construída dentro das contrições do chamado projeto *desenvolvimentista*, uma variante do *desenvolvimento a qualquer custo*”, dessa forma, a mesma “era concebida como um domínio

mais afim à área da engenharia, do que como uma questão pertinente às condições de vida das populações”.

Criada na Gestão do General Médici, a Floresta Nacional do Tapajós foi instituída pelo decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974. Foi a primeira Floresta Nacional do país e a pioneira a enfrentar o desafio de unir conservação ambiental com a presença de atividades econômicas de comunidades tradicionais que lá habitavam (IDESAM, 2012).

De acordo com Faria (2004) fazem parte da FLONA 29 comunidades, sendo que 21 delas encontram-se às margens do rio Tapajós (São Domingos; Maguari; Jamaraguá; Aracatinga; Jaguarari; Pedreira; Piquiatuba; Marituba; Bragança; Marai; Nazaré; Tauari; Pini; Takuara; Prainha; Prainha II; Itapaiúna; Paraíso; Jutuarana; Itapuama; Uruará); 03 às margens do rio Cupari (São Miguel; São Francisco das Chagas; Godinho) e 05 na chamada região do “Planalto” com acesso pela BR 163 – Santarém Cuiabá (São Jorge; Chibé; Nossa Senhora de Nazaré; Nova Vila; Santa Clara).

Entretanto, no ano de 2012, após longo período de debates e espera, a comunidade São Jorge, foco do presente estudo, sai da FLONA, vivenciando um forte processo de aprendizado ou (re)aprendizado social como denomina Milbrath.

Assim, a relevância de tal estudo consiste em identificar as principais causas da saída da comunidade São Jorge da Flona e quais as consequências sociais, econômicas, ambientais e institucionais desta decisão, pois se crê que as informações geradas a partir deste trabalho, possam ser usadas como subsídios às tomadas de decisões da comunidade, bem como de aprimoramento de políticas públicas. Outro estímulo para este estudo advém da necessidade de compreender os motivos que levaram uma comunidade pertencente a uma Unidade de Conservação a requerer sua saída, uma vez que também é de interesse oferecer dados não somente da criação da FLONA/TAPAJÓS, mas levar ao conhecimento da população as particularidades existentes neste local, especificamente, retratando que dentro deste espaço houve um processo intenso de organização e aprendizado social.

A questão central desta pesquisa reside na compreensão de como foi construído o processo de saída de São Jorge da Flona e quais as causas e consequências socioeconômicas e ambientais?

Para este estudo utilizou-se, como uma das técnicas de coleta de dados a entrevista guiada, na qual foi possível captar a percepção dos moradores de São Jorge sobre o assunto abordado. Deste modo, foi organizado no formato de três artigos. No primeiro, faz-se a

contextualização histórica da Flona Tapajós, lança-se um olhar sobre a formação da comunidade São Jorge, abordando aspectos referentes ao antes e depois da saída da UC. No segundo, apresenta-se o perfil socioeconômico, ambiental e institucional, sendo dividido do seguinte modo: na primeira e segunda partes buscou-se a identificação dos participantes, idade, naturalidade, escolaridade, profissão, composição familiar e grau de instrução, a composição da renda familiar, fazendo uma abordagem de quais as atividades compõem a renda da família, se produção agrícola, extrativista, artesanato, produção de gado, produção de pequenos animais, aposentadoria, bolsa família, salário, funcionalismo público para a caracterização do perfil socioeconômico dos moradores.

Na segunda parte, os entrevistados falaram sobre a organização social da comunidade (formas de organizações existentes na comunidade, a participação nas organizações sociais, atuação e funcionamento das organizações, perspectivas para o futuro e os serviços que gostaria de ter na comunidade).

A terceira parte, foca em informações sobre infraestrutura e serviços na comunidade (situação das estradas e ramais, o acesso à água potável, situação da saúde, da educação, do transporte. Na quarta parte, procurou-se identificar a ocupação do território (tempo de morada na área, tamanho da área ocupada, área de plantio, aquisição da terra, tipo de habitação, documentação da área (lote).

No quinto ponto, as questões foram direcionadas ao perfil ambiental da comunidade (uma breve avaliação da importância dos recursos naturais da comunidade, destino de resíduos e efluentes gerados no imóvel, destino do lixo doméstico, realização de campanhas ações de sensibilização para a conservação dos recursos naturais, o CAR, o uso de fogo para a limpeza das áreas de produção, a identificação de problemas socioambientais na comunidade.

No terceiro artigo, enfatiza-se a respeito das atividades produtivas desenvolvidas pelos moradores de São Jorge como: tipo de produção da área, preparo da área para plantio, atividades realizadas pelas famílias na área de plantio (culturas permanentes, culturas temporárias, outras produções, produções animais, produções extrativas, produções madeireiras, caça).

Diante do exposto, torna-se relevante um estudo objetivando relatar por meio da percepção dos moradores de São Jorge os desafios, as causas e consequências de sua saída da Flona; traçar o perfil socioeconômico, ambiental e institucional da comunidade; identificar os sistemas de produção praticados pelos moradores de São Jorge, demonstrando estes aspectos antes e depois da saída da UC.

COMUNIDADE SÃO JORGE: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

1 INTRODUÇÃO

A história retrata vários motivos que levaram o homem a conservar seus bens naturais. Alguns deles apontam para o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, a criação de áreas naturais protegidas tem sido uma das principais estratégias para a conservação da natureza no mundo.

Sua principal função consiste em proteger áreas significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional, além das águas jurisdicionais, levando em consideração a preservação do patrimônio biológico existente, garantindo um ambiente ecologicamente equilibrado e estável, de modo a garantir às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciar, nas áreas permitidas, às comunidades o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis (TOZZO & MARCHI, 2014).

Desta forma, segundo a União Internacional para Conservação da Natureza – IUCN (2014), uma Unidade de Conservação refere-se a uma área de terra ou água destinada à proteção e conservação da diversidade biológica, dos recursos naturais e culturais associados e manejados através de meios eficazes e jurídicos.

No entanto, Santos (2003, p.242) pontua que “a questão ambiental foi construída dentro das contrições do chamado projeto *desenvolvimentista*, uma variante do *desenvolvimento a qualquer custo*”, dessa forma, “era concebida como um domínio mais afim à área da engenharia, do que como uma questão pertinente às condições de vida das populações”.

Sob o sistema de governo do Regime Militar foram criados diferentes tipos de Unidades de Conservação. Para Dean (1996) tal processo foi estimulado por uma lógica antiga, implacável e bem conhecida de desenvolvimento “a qualquer custo”. Assim, tendo por base essa lógica, sucessivas fronteiras de recursos naturais são identificadas, ocupadas, devastadas e exploradas.

Assim, no sentido de compor uma alternativa para tal situação, houve, no Brasil, a implementação das unidades de conservação por meio de uma forte política ambiental chamada Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Seu objetivo constitui-se

na consolidação de normas e critérios para a criação, gestão e implementação das unidades de conservação (SNUC, 2000).

Foram instituídas várias categorias dentre as quais se destaca a Floresta Nacional – FLONA. No art. 17 traz a seguinte definição:

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6º A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal (SNUC, 2000).

Portanto, segundo Drummond *et. al.*(2005) a criação de unidades naturais protegidas constitui-se em uma das mais importantes alternativas de proteção à natureza.

Salienta-se ainda que durante a vigência do IBDF e da SEMA, período compreendido entre 1970 a 1975, foi criada apenas uma Floresta Nacional no Brasil, a Floresta Nacional do Tapajós, no oeste do Pará (GOMES, 2016). Este marco de acordo com Campos e Castro (2006) inaugura um programa de reservas florestais no qual a região Amazônica estava inserida como parte de um planejamento estatal, visando o desenvolvimento da atividade florestal na referida região.

Criada na Gestão do General Médici, a Floresta Nacional do Tapajós foi instituída pelo decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974. Foi a primeira Floresta Nacional do país e a pioneira a enfrentar o desafio de unir conservação ambiental com a presença de atividades econômicas de comunidades tradicionais que lá habitavam (IDESAM, 2012).

A partir de 1978, com a fiscalização e ação de desapropriação promovidas pelo IBDF, as comunidades que secularmente faziam uso dos recursos da floresta começaram a perder seu próprio sustento. Em 1983, o IBDF reconheceu que algumas áreas seriam excluídas da Flona

para utilização das comunidades. Mas foi somente a partir de 1988 que amadureceu a consciência de que deslegitimar e desqualificar os interesses dos comunitários não seriam as melhores estratégias para a manutenção de uma unidade de conservação (LORENZI, 2002).

No ano de 2012, após longo período de debates e espera, a comunidade São Jorge, foco do presente estudo, sai da FLONA/TAPAJÓS, vivenciando um forte processo de aprendizado ou (re)aprendizado social como denomina Milbrath.

Assim, este capítulo objetiva abordar como ocorreu o processo de criação da comunidade São Jorge, bem como mostrar os principais desafios enfrentados a partir da Criação da Floresta Nacional do Tapajós em relação à permanência na área, além de apresentar os desafios da comunidade depois da saída de Flona/Tapajós.

2. BREVE HISTÓRICO E CONTEXTO DA FLONA TAPAJÓS

Antes de se fazer maiores menções sobre a criação da Floresta Nacional do Tapajós (FLONA/TAPAJÓS) é necessário compreender como chegaram os primeiros moradores.

A presença de migrantes nordestinos nesta região data do ano de 1877, quando foram trazidos para trabalhar nos seringais do Tapajós. Mais nordestinos foram atraídos na década de 1930, desta vez para trabalhar no projeto da Companhia Ford, empresa norte-americana beneficiada com a concessão de um milhão de hectares de plantação de seringueiras na margem direita do Tapajós (GUERRA, 2008).

Foi criada no contexto do Programa de Integração Nacional da década de 1970, sendo inicialmente administrada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), mais tarde substituído pelo IBAMA e hoje pelo ICMBio (BICALHO & HOEFLE, 2014).

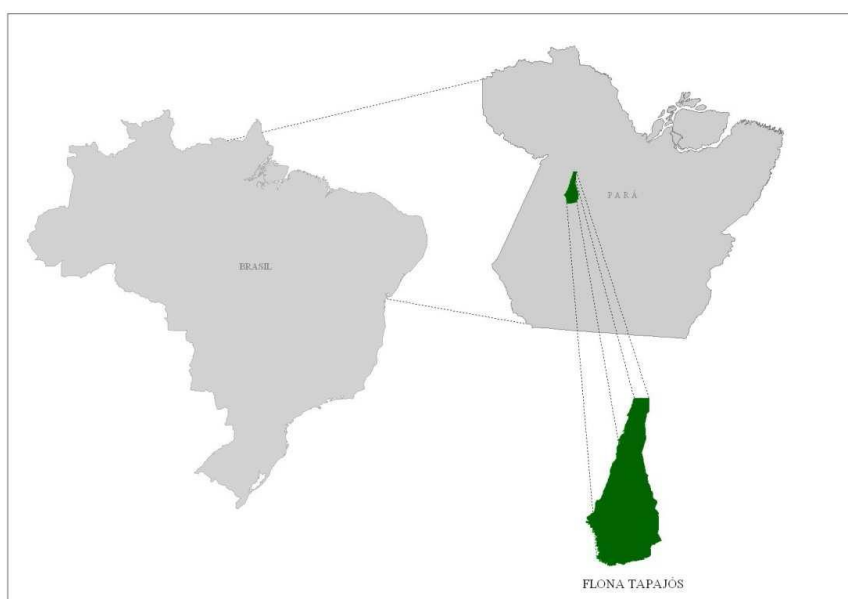
Em 1970, o governo militar do Presidente Médici, por meio do Decreto-Lei Nº 1.106 de 16 de junho de 1970, lançou o Projeto de Integração Nacional (PIN), o qual destinou recursos, visando o financiamento de obras de infraestrutura na região. Neste período, houve a aprovação da construção das rodovias Transamazônica (BR 230) e Cuiabá-Santarém (BR 163), além da implantação de projetos de colonização em uma faixa de até 10 km de cada lado das rodovias. Muitos migrantes dos estados do Maranhão e Ceará, inclusive por conta própria, foram atraídos pelas promessas de prosperidade oferecidas com a construção destas rodovias (GUERRA, 2008).

Ao final do ano de 1972, foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) um inventário ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém, englobando trechos de inúmeras localidades que, futuramente, deram lugar à Floresta Nacional do Tapajós, criada por sua posição estratégica, tendo acesso por via fluvial (Rio Tapajós) e por via terrestre (BR 163) e por seu grande potencial florestal (GUERRA, 2008).

Em tal época, para que fosse possível implantar o Projeto Integrado de Colonização – PIC de Itaituba, concebido para promover a ocupação ao longo dos eixos rodoviários, de execução do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e implementado pelo governo militar, abrangendo os Municípios de Santarém, Aveiro e Itaituba, a região foi demarcada. Assim, amparado pelo Decreto Nº 1.164 de 1º de abril de 1971, o PIC transferiu para a União a faixa de 100 km margeando rodovias, inclusive a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém (GUERRA, 2008).

A Floresta Nacional do Tapajós criada pelo Decreto nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, visando a exploração madeireira localiza-se no oeste do Estado do Pará e é classificada como Unidade de Conservação de Uso Sustentável (ESPÍNOLA & CASTRO, 2012). As unidades deste grupo visam compatibilizar a conservação da natureza com a presença de populações tradicionais e suas atividades extrativistas e de subsistência, indicando normas que visam o uso sustentável dos recursos naturais e permitem a implementação de atividades de uso comum do público (SNUC, 2000).

MAPA 1 – Localização da Floresta Nacional do Tapajós



FONTE: GUERRA (2008).

As Flonas são consideradas como de posse e domínio públicos, em que se admite a permanência de populações tradicionais que já moravam na área por ocasião da sua criação no que diz as normas estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade (SNUC, 2000).

No entanto, a criação da Flona Tapajós não levou em conta dois fatores: a presença de populações ribeirinhas ao longo do rio Tapajós e o fato do INCRA ter delimitado e titulado alguns lotes à margem da BR 163, limites adentro da área da unidade (BACHA & RODRIGUEZ, 2004).

Em 1974, aqui não era reserva – Flona, ninguém nem ouvia falar. Em 1974 foi quando criaram a Flona e começou a, naquele tempo, o IBDF querer tirar o pessoal daqui, só que naquela época já tinha bastante gente – mais de 26 moradores, em 1974 (DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO 007, 2018).

A partir de 1977, o IBDF, hoje, IBAMA começou a trabalhar na área, planejando desapropriar as famílias (SILVA, 2012) e a partir da fiscalização e ação de desapropriação feitas por volta de 1978, alguns moradores não aceitaram ser desapropriados, uma vez que estariam perdendo seu sustento, fato que gerou um forte movimento de resistência. Deste modo, na tentativa de retirada dos “intrusos” pelo IBDF, houve resistência dos moradores com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (BACHA & RODRIGUEZ, 2004).

Aí os moradores mais antigos resistiram e disseram que não iriam sair porque quando chegaram aqui não tinha plano e mesmo assim o IBDF trazia a federal, prenderam alguns líderes e depois de um tempo só crescia e o IBDF que passou pra IBAMA ficou na insistência de querer indenizar o pessoal daqui. Alguns deles aceitavam a proposta de indenização, como chegou a vir indenização até 1983 – naquele tempo o pessoal que morava na beira da estrada foram indenizados, aí quando chegou pra cá, segundo o que a gente sabe é que a verba acabou, tanto que do 90 pra cima não mais indenizado ninguém da BR e nós permanecemos aqui, mas mesmo assim foi muita insistência, pois logo veio o IBAMA que trazia a federal, o próprio exército (DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO 007, 2018).

Assim, no ano de 1981, o IBDF reconheceu a exclusão de algumas áreas da Flona para utilização das comunidades (GUERRA, 2008). Estabeleceu-se, desta forma, a retirada de um pico com limites laterais de acordo com cada comunidade e fundo de 10 Km, separando as

áreas comunitárias da área de uso da Flona, o que somente foi reconhecido provisoriamente pelo poder público em 1983 (SILVA, 2012).

Até que um dia fizemos uma reunião muito grande ali na baixa D'água, naquela época o Doutor Beum era quem tava coordenando a reunião pelo IBAMA. Por conta da insistência ele disse que iriam quadrear uma área de 15 km em 4, só que quando foram tirar os picos não tiraram certo os 15 mil km e de lá pra cá vem a resistência e a insistência do IBAMA, hoje, passou a 14 mil m². Em 1985, o Batalhão tirou o pico, depois tirou mais dois e assim vem até chegar na história da Flona (...) (DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO 007, 2018).

Em 27 de outubro de 1994 foi aprovado o Regulamento das Florestas Nacionais, por meio do Decreto nº 1.298/1994, permitindo ao IBAMA autorizar a permanência, dentro de seus limites, de populações tradicionais que a habitavam antes de sua criação (SILVA, 2012).

Em 1996, houve um plebiscito na região para decidir sobre a situação fundiária das comunidades ribeirinhas, revelando que 62% dos moradores queriam que suas terras fossem excluídas da Flona Tapajós e acordos entre comunidades e os órgãos ambientais competentes começaram ser estabelecidos (ESPÍNOLA & CASTRO, 2012).

Em 1998, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta entre o IBAMA e Ministério Público, no qual se definiram as normas de utilização dos recursos pelas comunidades ribeirinhas (GUERRA, 2008).

A população residente na FLONA Tapajós conquistou o direito de permanência e de exploração comercial da floresta após um longo período de movimento de resistência e mobilização política, iniciado na década de 1970 quando da criação da FLONA e das primeiras tentativas de retirada da população desta unidade de conservação. O período de resistência durou cerca de 30 anos e somente nos anos de 2000 confirma-se a cessão de direitos à população residente da FLONA (BICALHO & HOEFLE, 2014).

Depois da criação do SNUC, no ano de 2003, um novo plebiscito foi realizado, consultando as comunidades pertencentes à Flona Tapajós, 95% dos participantes optaram por ficar na unidade, de acordo com o autor supracitado.

3 MATERIAI E MÉTODOS

Este trabalho possui característica exploratória e analítica, tendo um aporte bibliográfico e documental para informações secundárias. Outro suporte metodológico foi o estudo de caso

realizado na comunidade São Jorge, localizada no Km 92, da BR 163, no município de Belterra.

A coleta dos dados primários fez-se em forma de entrevistas com os moradores mais antigos da comunidade pelo método “bola de neve”, em que um entrevistado indica o nome de outra pessoa que possa fornecer as informações necessárias para a finalidade da pesquisa.

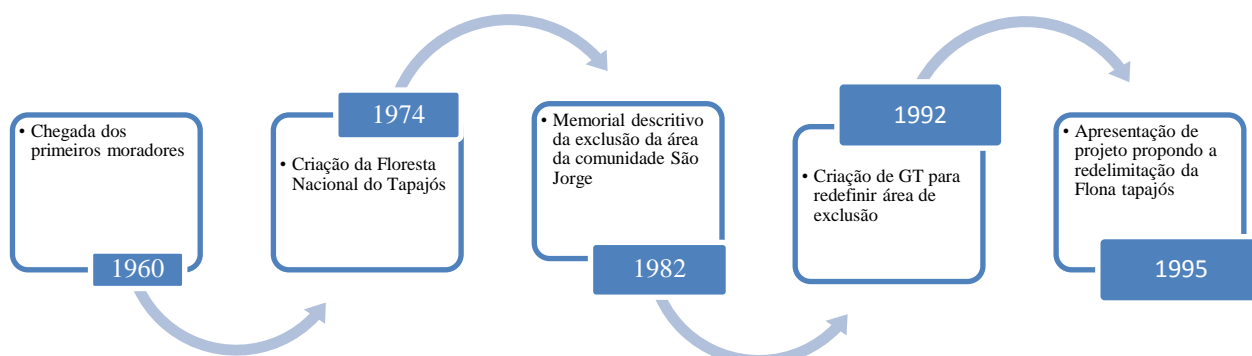
A pesquisa de campo foi realizada no período de 2017 – 2018 e para a escolha dos entrevistados considerou-se uma amostragem aleatória simples, com um nível de confiança de 97% e margem de erro de 7%. Isto porque de acordo com dados fornecidos pelo agente comunitário de saúde o número de famílias é de 293, chegando-se a aplicar 120 questionários.

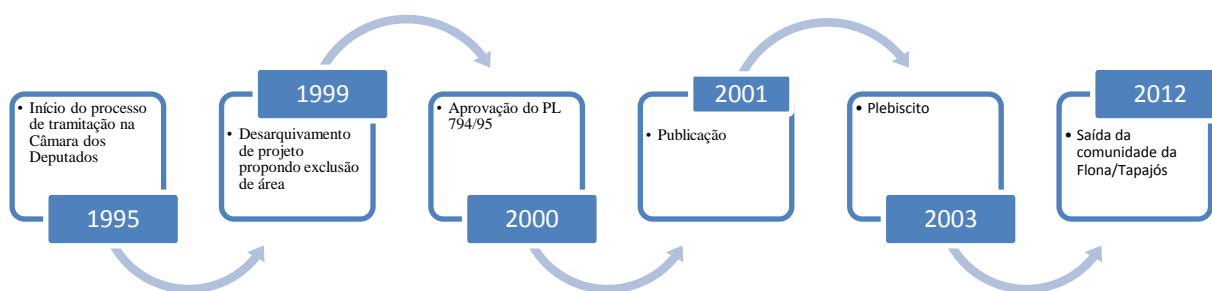
As entrevistas foram gravadas com auxílio de uma câmera digital e um gravador para a posterior transcrição das informações registradas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando a Flona/Tapajós foi criada em 1974, nos moldes propostos na época do regime militar, ignorou-se toda uma população que ali já moravam e que tiravam da floresta o sustento de suas famílias. Não aceitando serem desapropriados, iniciam um movimento de luta e resistência relatado a seguir:

Resumo dos fatos que desencadearam no processo de saída da Comunidade São Jorge da Flona/Tapajós





Fonte: Elaboração da pesquisadora (2018).

4.1 UM PRIMEIRO OLHAR: BREVE HISTÓRICO SOBRE A COMUNIDADE SÃO JORGE

De acordo com um dos primeiros moradores de São Jorge (DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO 001, 2018), “a área era ocupada por indígenas, por se tratar de uma floresta densa e rica em recursos naturais. Alguns vestígios ainda são encontrados como cerâmicas e terra preta”.

Esta história também é lembrada por inúmeros outros moradores, que recordam as dificuldades e os desafios de chegar em uma nova área e estabelecer moradia. Para evidenciar este cenário ao longo deste tópico citaremos a fala de moradores que vivenciaram a formação da comunidade São Jorge.

Originalmente, a Comunidade São Jorge pertencia a Flona Tapajós, a qual foi concebida como reserva de madeira. Desta forma, a exploração florestal foi, durante muito tempo, o foco das ações de planejamento da unidade. Durante pelo menos duas décadas, os planos de manejo visaram, sobretudo, a exploração florestal em uma área de 136.000 ha situada na região de planalto, às margens da BR 163, servindo “*como experiências-piloto, para introduzir disciplina e acerto na exploração florestal*” (CASTRO, 1982).

São Jorge está localizada no Km 92 da BR 163, sentido Santarém-Cuiabá e foi ocupada na década de 1960 por trabalhadores rurais contratados por uma empresa de exploração do Pau Rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) instalada no local. Por apresentar um grande potencial para a exploração de pau-rosa e cedro foi explorada inadequadamente durante anos, levando a extinção da espécie na região e, conseqüentemente, ao encerramento das atividades da empresa.

O relato abaixo descreve melhor esta informação:

Os moradores que moravam na beira do Tapajós subiam o morro para explorar a seringa – cortar a seringa, tirar o leite da seringa – e nesse trabalho descobriram que nessa área tinha muito pau-rosa e com essa descoberta começou a abertura da comunidade. Um homem chamado Eliasares tomou conhecimento que também era uma área rica em cedro. Este foi o primeiro a explorar aqui e seu trabalho era tirar o incenso do pau-rosa. Fez uma pequena abertura, criou um alojamento e começou a trabalhar, mesmo dentro da mata (DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO 006, 2018).

MAPA 2 - Localização da Comunidade São Jorge, Belterra, Pará.



FONTE: Google Earth (2018).

O nome da comunidade foi dado pelo proprietário da usina de extração de madeira em homenagem a um de seus filhos, como descreve o relato a seguir:

Os dois filhos de Eliasares (dono da usina de exploração do pau-rosa) se chamavam Jorge e Célia. Então ele botou o nome das duas usinas, os dois locais, de Jorge – São Jorge e Célia que era outro acampamento que tinha lá na beira do Moju (DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO 006, 2018).

Depois da morte de seu Eliasares, veio o João Pessoa para explorar o cedro, que comprou os equipamentos para continuar extraindo o pau-rosa ao mesmo tempo que explorava o cedro. Quando chegaram pra cá acho que nem existia o projeto da BR porque eles entravam aqui pelo Tapajós, passavam por São Jorge e iam direto pra Célia. Era um ramal de exploração madeireira mesmo (DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO 005, 2018)

Após o fechamento da empresa, alguns trabalhadores permaneceram na comunidade, atraindo a vinda de familiares e assim, promovendo a consolidação e o crescimento local.

Segundo relatos coletados durante pesquisa de campo, na década de 1970 já moravam em São Jorge os senhores: Gumercindo, Raimundo Pinheiro (Piacá), Matias, Histodiano, Tomás, Filirmino, Zé do Canto, Dico Almada, Laurino, Newton.

Com o tempo foi chegando trabalhadores que encostaram aqui – era uma área muito boa – alguns começaram a fazer aberturas para construir moradias. Inclusive o Matias, quando veio pra cá era bem jovenzinho pra trabalhar com o Eliasares. Matias foi um dos primeiros moradores juntamente com Piacá e Firmino. Essas foram as primeiras pessoas a começar a trabalhar com o Eliasares.

Em 25 de dezembro de 1971, em um dia de domingo, cheguei com minha família pelo meio da desmatação da Santarém-Cuiabá. No período já existiam 06 moradores que eram: Piacá, Matias, Firmino, Senhorzinho, Hector, Raimundo Maranhense. Nessa época já não tinha mais a usina do pau-rosa, levaram lá pra Célia.

Depois chega o Zé do Canto, o pessoal da dona Mimi, Gumercindo – que morava no porto e fez uma abertura lá. Surgiu a notícia de que em São Jorge estava ficando bom porque ia passar a Santarém-Cuiabá e estava pousando avião, helicóptero do exército. Em 1971, já tinha um acampamento do 8º BEC. Daí pra cá veio o seu Dico, foram quatro famílias que vieram tirar lote. Naquele tempo São Jorge parou um pouquinho porque a maioria dos moradores ficaram mais pra Baixa D'água, Terra Preta e aí é tanto que a igreja, a escola foram construídas primeiramente lá. Depois, com o crescimento trouxeram pro centro da comunidade a igreja católica e chegou a assembleia de Deus. Muitas coisas aconteceram (DEPOIMENTO DE ENTREVISTADO 007, 2018).

No ano de 1976, havia 18 famílias e o IBDF quis expulsá-las. A maioria era do Maranhão e Ceará. O primeiro habitante foi seu Raimundo Pinheiro dos Santos mais conhecido como Piacá, no entanto, o sr. Matias Lobato reivindica este título (DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO 003, 2018). Hoje a comunidade possui 297 famílias.

Atualmente, São Jorge, é o maior colégio eleitoral de Belterra. Seus moradores possuem lotes demarcados para as áreas de produção, na maioria dos casos, situados longe das moradias, distribuídos por um raio de até 8 km distante da sede da comunidade e não possuem um tamanho fixo. As moradias estão concentradas em uma vila que confere à localidade o aspecto de um pequeno “distrito” rural. Há muitas subdivisões para acomodar familiares que chegam e novas famílias formadas pelo casamento dos filhos. Há inclusive pessoas que têm residência na vila, mas não têm lote para plantar, trabalhando nas terras de terceiros.

Em pesquisa de campo realizada em 1998, com uma amostra de 10% das famílias residentes na comunidade, Silva (1998) concluiu que 50% dos moradores de São Jorge vieram da região Nordeste, 38,5% do município de Santarém, 7,7% da região Sul e apenas 3,8% eram nativos da comunidade em estudo. Todavia, 46% dos entrevistados afirmaram ter se instalado no período de 1968 e 1978.

No entanto, dados da presente pesquisa, realizada com 120 moradores, representando, respectivamente, 41,1% do número de famílias, apontam que 80,83% são naturais do estado do Pará, 8,33% são de origem do Ceará, do estado do Maranhão são 6,67%, do Amazonas 2,5% de Roraima e Piauí correspondem a 0,83%.

Em julho de 1970, pelo Decreto Nº 66.976, o 2º Batalhão Rodoviário, sediado em Jaraguá do Sul - SC, foi transformado no 8º Batalhão de Engenharia de Construção e transferido para SANTARÉM, no estado do Pará, com a missão de construir a rodovia BR-163, em seu trecho SANTARÉM-CACHIMBO (cerca de 961 km), bem como preparar a reserva especializada do Exército, neste rincão do território nacional, ajudando, assim, a integrar o oeste paraense ao restante do país. Seus primeiros elementos, constituindo o Escalão Avançado, chegaram à nova sede em 24 de agosto de 1970, ocupando os pavilhões do Parque de Exposição da Feira Agropecuária do Baixo Amazonas, onde foram instalados os alojamentos.

O sonho dos paraenses tornou-se realidade com a ligação Norte-Sul, proporcionada pela rodovia BR-163, parte do Plano de Integração Nacional, que para efeito de construção foi desdobrado em dois trechos: Norte (SANTARÉM-CACHIMBO) e Sul (CUIABÁ-CACHIMBO) entregues ao 8º BEC e ao 9º BEC, respectivamente. A inauguração da CUIABÁ-SANTARÉM ocorreu em 20 de outubro de 1976.

O 8º BEC ajudou na construção, na parte social e também no desenvolvimento da Comunidade, pois ele abriu uma estrada de fácil acesso a comunidade. Que antes era do outro

lado da comunidade que para ter acesso tinha que passar pelas comunidades Terra Preta e Baixa D'água, dessa forma facilitou o escoamento dos produtos produzidos na comunidade. A construção da Base do IBAMA na comunidade de São Jorge fechou uma das principais áreas de saída ilegal de madeira, mas ainda há estradas que cortam a Flona no sentido leste-oeste que carecem de fiscalização.

O 8º BEC tinha uma base bem estruturada no início da estrada que dá acesso a comunidade dando total apoio a São Jorge, com seu posto médico e sua extensa área e infraestrutura.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE SÃO JORGE: PROCESSO DE SAÍDA DA FLONA/TAPAJÓS

“Julgamos que a permanência das famílias que lá se encontram assentadas e a ocupação das demais parcelas por parceiros devidamente selecionados pelo PIC, formando um cinturão de proteção à própria Floresta, pelo lado da Rodovia, deve ser a medida mais coerente, não só porque evitaria despesas com indenizações e com remanejamento, como também os próprios parceiros passariam a contribuir com o IBDF nas tarefas de fiscalização, restando nestas circunstâncias, somente a necessidade de alteração dos limites da Floresta Nacional do Tapajós e, conseqüentemente, alteração do Decreto 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, que a estabeleceu” (INCRA, 1974 – p. 48 e 49).

Esta tese de exclusão foi endossada pelas demais instâncias que tomaram conhecimento do processo, com a sugestão de estender a proposta de exclusão para a sede do Município de Aveiro e a localidade de São Jorge. Esta tese refere-se ao processo de criação da Flona, a qual não permitia a permanência de moradores na área, muito menos a utilização dos recursos naturais, fato que gerou um forte movimento de luta para sair desta UC e ter direito de continuar fazendo uso dos recursos naturais.

Em setembro de 1981, o INCRA-Brasília enviou ofício solicitando que fossem estabelecidos contatos por parte do Projeto Fundiário de Santarém para definição de limites das áreas de exclusão, o que só ocorreu em maio de 1982. O memorial descritivo apresentou a exclusão de uma área de 14.500 hectares, na localidade São Jorge.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF demarcou também uma área de 15.278,92 hectares para exclusão da comunidade de São Jorge, na época com 155 famílias, situada na região do planalto entre o km 87 e km 105 da BR 163.

O relator, Deputado Waldemar Moka, propôs a concessão de direito de uso com cláusulas de sucessão hereditária para a comunidade São Jorge. Esta foi aprovada pela Comissão em junho de 2000, seguindo para a Comissão de Defesa do Consumidor.

A tramitação do projeto na Comissão de Defesa do Consumidor ocorreu de junho de 2000 a outubro de 2001, sob a relatoria do Deputado Fernando Gabeira. A Comissão aprovou o texto enviado pela Comissão de Agricultura incluindo subemendas propondo a extensão da exclusão da Flona para a Comunidade de São Jorge.

Em junho de 2002, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação deu seu parecer, mas o PL voltou a ser arquivado em 31 de Janeiro de 2003, também com base no artigo 105 do Regimento Interno, ou seja, final de legislatura. Como não foi solicitado desarquivamento até 180 após o início da atual legislatura, o PL foi enviado ao arquivo definitivo em fevereiro de 2004 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004).

No quadro 1 é apresentado o resumo das principais ações do processo de tramitação de solicitação de saída da Flona/Tapajós:

Quadro 1 - Resumo do dossiê de tramitação do processo de exclusão da Comunidade São Jorge, da Floresta Nacional do Tapajós na Câmara dos Deputados Federal.

Processos	Data	Ações
Decreto Nº 73.684	19 de fevereiro de 1974	Cria a Floresta Nacional do Tapajós e dá outras providências.
Projeto de Lei Nº 794/95	10 de agosto de 1995	Dá nova redação ao Artigo 1º do Decreto Nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974.
Despacho: Agric. e Pol. Rural – Def. do Cons. Meio Ambiente e Minorias- Cost. e Just. e de Redação	10 a 29 de agosto de 1995.	Arquivado.
Câmara dos Deputados	03 de fevereiro de 1999.	Desarquivamento dos projetos de Lei Nº 2.574-A/96 e Nº 794/95
Prazo para apresentação de emendas	12 a 20 de setembro de 1995	Arquivado
Prazo para apresentação de emendas	11 a 18 de março de 1999	Arquivado
Substitutivo ao Projeto de Lei Nº 794/95 (Projeto Apensado: PL Nº 939/95)	1º a 08 de dezembro de 1999.	Arquivado
Substitutivo ao Projeto de lei Nº 794, de 1995 (Apenso Projeto de lei Nº 939, de 1995)	26 de dezembro de 1999.	Exclusão das comunidades tradicionais das margens do Rio Tapajós e comunidade São Jorge.
Parecer da Comissão de Agricultura e Política Rural – Projeto de Lei Nº 794, de 1995.	14 de junho de 2000.	A Comissão de Agricultura e Política Rural aprova por unanimidade o PL Nº 794/95 e o de Nº 939/95, apensado, com substitutivo, nos termos do parecer do relator, deputado Waldemir Moka.

Recebimento de Emendas – Projeto de Lei Nº 794 – A/95	02 a 09 de agosto de 2000	Arquivado
Ofício Nº 482/2000 - Comissão de Agricultura e Política Rural	14 de junho de 2000	Solicitação para publicação
Publicação	Em 25 de julho de 2000.	Autorização para publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.
Substitutivo ao Projeto de Lei Nº 794, de 1995. Emenda 1	09 de outubro de 2001.	Exclusão da comunidade São Jorge da Flona
Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias	Em 31 de outubro de 2001.	Aprovação do Projeto de Lei Nº 794-A/1995 e o PL 939/1999

Fonte: Elaborada pela autora com base em dossiê Câmara dos Deputados (2018).

No dia 7 de dezembro de 2003, moradores de 18 comunidades da Flona participaram de um plebiscito promovido pela Comissão Fundiária. Os votos foram apurados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Belterra e, ao contrário do que ocorreu em 1996, a maioria optou por permanecer dentro da Flona. As 17 comunidades que votaram por permanecer na Flona também decidiram pela assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso proposto pelo IBAMA. Apenas São Jorge optou por não continuar na área da unidade de conservação. Segundo as lideranças comunitárias, a emancipação ocorreu de fato no ano de 2012.

4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE SÃO JORGE: ANTES E DEPOIS DA SAÍDA DA FLONA/TAPAJÓS

No início da formação da comunidade, em 1960, eram apenas três famílias e com chega de trabalhadores ao longo do tempo passaram-se a seis, depois a dez e, atualmente, são 297. Foram muitas as mudanças ocorridas durante o período em que se iniciaram as discussões sobre a saída da Flona/Tapajós até sua concretização.

Pereira (2012) nos informa que a população do município de Belterra cresceu a uma taxa média anual de 1,61%. Segundo ele, este crescimento pode ser explicado pelo modelo de desenvolvimento econômico, adotado na região Norte, como o agronegócio, com cultivo de soja, arroz e milho.

Nesse sentido, o quadro 2 enfatiza a percepção dos moradores de São Jorge sobre as mudanças ocorridas, mostrando um retrato resumido de antes e depois, avaliando aspectos como: comunicação, educação, saúde, ambientais, segurança, migração, agricultura,

institucional, econômicos (fontes de renda), pesca, criação animal, extrativismo, moradia, água.

Quadro 2 - Principais mudanças ocorridas na comunidade sob percepção das famílias que compõem a comunidade São Jorge

Antes da saída		Depois da saída
Comunicação	Construção da rádio comunitária Construção do telecentro	-----
Educação	Escola de Ensino Fundamental e Médio	Reforma da escola Educação melhor Contratação de mais professores
Saúde	Enfermeiros Posto de saúde	Mais atendimento médico Mais enfermeiros Contratação de ACS's Atendimento dentário Afastamento das doenças geradas pelos animais Ampliação do posto de saúde Prejudicou muito por causa do agrotóxico
Ambientais	Igarapés limpos Não uso de agrotóxico Poucas áreas desmatadas Ambiente agradável Muitas áreas de floresta Diversidade de caças	Assoreamento do igarapé Agrotóxico Antes tinha mais árvores e hoje pouco e isso interfere na ventilação Aumento das áreas desmatadas Aumento da temperatura Podemos pegar madeira sem a preocupação de ser preso Antes a floresta era menos afetada As árvores estão cada vez mais escassas Desmatamento Pouca caça
Segurança	Posto de policiamento	Saída do posto de policiamento
Migração	Presença apenas de familiares	Vieram muitas pessoas de fora, inclusive gaúchos Aumentou a quantidade de moradores

Agricultura	Agricultura tradicional Pequenas áreas de plantio Áreas queimadas para fazer o plantio	Diversificação da produção Casa de farinha mecanizada Agora tem maiores plantios Podemos colocar roçados Agora podemos trabalhar sem o IBAMA nos ameaçar Modernizou Podemos fazer uso da terra Agora podemos fazer nossas roças mais tranquilos Melhorou a produção do agricultor Os roçados tiveram que ter documento Agora podemos queimar para fazer roçados Podemos queimar as áreas sem perturbação Agricultura mecanizada
Institucional	Associação de moradores Conselho Comunitário Associação Intercomunitária Delegacia sindical	Associação e conselho fortalecidos STTR atuando Atuação de ONG's
Econômicas (fontes de renda)	Agricultura Aposentadoria	Melhores condições de vida Falta de emprego Melhorou a renda das famílias Bolsa família Aposentadoria Bolsa verde Serviço público
Pesca	Pescava-se no igarapé Havia diversidade de espécies	Com a poluição e assoreamento é um recurso escasso
Criação de animal	Galinha caipira Patos Gados Porcos	Galinha caipira Patos Gados Porcos Peixes
Extratativismo	Bacaba Castanha Amapá Sucuba Andiroba Copaíba Cipó titica Palha Mel	Castanha Andiroba
Moradia	Madeira Mista Alvenaria	Madeira Mista Alvenaria
Água	Captação de igarapés Captação de poço boca larga (cacimbas) Captação de água da chuva	Captação de poço artesiano Captação de microsistema comunitário

Fonte: Elaborada pela autora com transcrição das entrevistas com os moradores (2018).

No processo de saída de comunidade São Jorge, a participação dos moradores foi fator decisivo. Organizados e na perspectiva de que seria a melhor opção para promover a melhoria de vida de todos alguns posicionaram-se a favor outros contra esta mudança. Foram inúmeras as manifestações, portanto, foi necessário fazer um resumo sobre a percepção dos moradores que se posicionaram a favor ou contra, dados descritos no quadro 3. abaixo:

Quadro 3 - Principais discursos favoráveis e contra a saída da Flona

A favor	<p>Esperança de melhoras para a comunidade Pra que a gente pudesse colocar roçado Para que tivéssemos um acesso melhor dos recursos naturais Queria ter o direito de fazer minha roça e minha casa Para o melhor desenvolvimento da comunidade Porque cada pessoa queria ser dono do que era seu Porque não podíamos trabalhar tranquilos em nossas terras Porque não podíamos vender nem comprar terreno Podermos trabalhar nas nossas terras Porque as pessoas diziam que ia ser bom Queríamos ter mais liberdade Porque assim nós podemos viver em paz Porque na época as pessoas não podiam fazer nada por causa do IBAMA Porque queria mais projetos para a nossa comunidade Porque você pode ser livre e dono do que você cultiva</p>
Contra	<p>Porque enquanto FLONA tinha a preservação Pelo fato de ter certeza que iria trazer mais prejuízos do que benefícios Porque não fizeram como combinado Porque as caças foram embora Não favoreceu a todos Porque iam desmatar</p>

As informações acima imprimem o anseio por mudanças. Percebe-se nessas manifestações a real preocupação com a manutenção dos recursos naturais, pois enquanto Flona/Tapajós as espécies florestais e animais estariam protegidos, no entanto, a queimada e a caça foram intensificadas. Assim, trazendo mais prejuízos que benefícios por não seguirem o combinado nas reuniões, deixando de favorecer a todos.

A partir da criação da Flona/Tapajós surgiram muitas medidas restritivas que impossibilitaram os moradores de São Jorge executarem algumas atividades econômicas e de uso dos recursos naturais. Essa assertiva é apontada por Diegues *et. al.* (2000). Assim, questionados sobre as principais motivações requerendo a saída de São Jorge da Flona/Tapajós destacaram, como se observa no quando 4:

Quadro 4 - Qual motivo o levou a querer sair da Flona/Tapajós?

Motivações	<p>Foi querer ter um lugar onde eu poderia me firmar na agricultura sem que algum órgão viesse me colocar pra fora</p> <p>A falta de apoio por parte dos nossos representantes legais</p> <p>Ter direito num pedaço de terra</p> <p>O medo de saber que poderia a qualquer momento expulso da minha comunidade</p> <p>Por não poder trabalhar direito</p> <p>Porque éramos muito repreendidos pelo IBAMA</p> <p>Porque era limitado para produção agropecuária</p> <p>Porque queríamos nosso próprio lugar</p> <p>Porque as pessoas não podiam tirar madeira para fazer suas casas</p> <p>Porque não tínhamos apoio de nossos governantes</p> <p>Porque para tirar madeira para fazer uma casa tinha que pedir para o IBAMA</p> <p>Éramos muito vigiados pelo IBAMA</p>
-------------------	---

Fonte: Elaborada pela pesquisadora com transcrição das entrevistas com os moradores (2018).

As motivações acima apresentadas reforçam as ideias de Diegues *et. al.* (2000) e vão mais além. Destacam o “medo” de serem expulsos de suas terras, a insegurança de trabalhar na terra e o não direito a ela, além de não terem o apoio dos órgãos públicos ao desenvolvimento de políticas públicas que minimizassem esse sentimento: “Querida ser livre e receber o documento da terra” (ENTREVISTADO 037, 2018).

Percebe-se que um grande anseio dos moradores para ter a possibilidade de maior acesso dos recursos naturais e da terra para fazer suas roça, isto porque não se sentiam donos de suas terras, havendo um sentimento de insegurança.

No entendimento dos moradores ninguém podia fazer nada. Por não poderem realizar inúmeras atividades econômicas alguns moradores achavam-se perseguidos pelo órgão gestor da Flona/Tapajós, visualizando na saída uma forma de viver mais livre, ou melhor, poder usar os recursos naturais sem serem fiscalizados/monitorados constantemente. Tais restrições davam-se por conta das regras estabelecidas dentro das Unidades de Conservação quanto à permanência na área, atividades econômicas e uso dos recursos naturais.

Assim, mostrados todos os aspectos que nortearam as discussões e problemáticas para a saída da Flona/Tapajós, relatam-se no quadro 5, abaixo, os principais aspectos que na visão dos moradores favoreceram ou não a comunidade com o processo de exclusão.

Quadro 5 – Principais aspectos que favoreceram e prejudicaram a comunidade após a saída da Flona na percepção dos entrevistados

Favoreceu		Prejudicou	
	<p>Agora as pessoas podem fazer suas roças sem tanta burocracia Porque cada um teve direito na sua terra Podemos implantar as coisas sem a interferência de ninguém Hoje temos um pedaço de terra Hoje todo mundo tem sua moradia e seus roçados Podemos comprar e vender terrenos A comunidade tornou-se independente Cada um pode ter direito a suas terras Agora podemos produzir um pouco mais Melhorou para os agricultores Pela facilidade em adquirir serviços mecanizados Ampliação da área de produção Porque podemos trabalhar livres Melhorou para a população Porque cada um se tornou dono de seu próprio terreno Porque melhorou o trabalho dos comunitários Agora estamos mais livres Podemos usufruir das terras O povo ficou mais livre para trabalhar Todos trabalham com segurança Porque podemos plantar e colher sem burocracia Não tínhamos liberdade nem para construirmos nossa moradia Porque hoje podemos gradear as terras Porque quando era Flona não vendia os terrenos para os gaúchos Ficamos mais confiantes com nosso trabalho Melhorou na agricultura</p>		<p>Não tem a preservação que tinha antes Aumentou o desmatamento Pelo desmatamento desordenado em nossa área Devido o desmatamento Existe pouca mata Uso desenfreado dos recursos naturais Ficou sendo pior do que antes Ficou mais livre, tendo gente sem noção que acaba com tudo Venderam para os gaúchos Por conta da contaminação de agrotóxicos Estão acabando com nossa área Há grandes áreas desmatadas Tomaram tudo Gaúchos se apossaram de parte da terra Por conta da entrada dos gaúchos que desmataram nossas terras Porque agora temos que pagar para a prefeitura para colocar roçado e antes não Por conta dos venenos que os gaúchos utilizam Porque os gaúchos invadiram Teve grande desordem na comunidade Os gaúchos tomaram de conta Porque os gaúchos estão acabando com tudo Aumentou o desmatamento Pouca caça Por conta dos venenos que os gaúchos utilizam</p>

Fonte: Elaboração da pesquisadora com transcrição dos discursos dos entrevistados (2018)

Dados deste quadro relatam que a saída da Fona favoreceu o acesso aos recursos naturais da comunidade, no entanto, ocasionou o descontentamento de outros por ocorrências de desordens, chegada de muitas pessoas de fora, aumento significativo de queimada e redução de caça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade São Jorge foi emancipada territorialmente em 2012, após intenso processo de organização social. Por meio de grupos de trabalho acordou-se, junto com os órgãos gestores da Flona, a exclusão de sua área, aproximadamente 16.000 hectares.

O anseio pela emancipação iniciou na década de 1970, período da criação da Floresta Nacional do Tapajós, passando por um longo período de análises de projetos de leis e emendas que alteram os limites da Flona, iniciando em 29/08/1995 (data de 1º registro na Câmara dos Deputados), tendo parecer final em 04/12/2001.

Atualmente, São Jorge possui infraestrutura constituída por escola, posto de saúde, infocentro, rádio comunitária, guarita do ICMBio e seus moradores têm como principal atividade econômica, a agricultura.

Contudo, com base nos relatos dos moradores entrevistados, enquanto São Jorge fazia parte da Flona havia maior amparo do IBAMA, existia um controle maior do uso da floresta, da caça. No entanto, esta ação de fiscalização causava desconfiança, medo. Os moradores sentiam-se presos, sem liberdade para criar seus roçados e plantar, sem direito para retirar madeira da floresta e fazer suas casas, havia restrições para a caça e por conta de tais proibições achavam-se oprimidos, perseguidos.

Assim, foram levadas a se organizarem em busca de um lugar que os possibilitasse viver dignamente, sem medo de serem expulsos de suas casas, buscando o desenvolvimento por meio do uso de tecnologias como a mecanização e criação de peixes. Aspectos que promovessem sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, P. C. B.; MOREAU, A. M. S. S; FONTES, E. O..Áreas naturais protegidas: um breve histórico do surgimento dos parques nacionais e das reservas extrativistas.**Revista Geográfica de América Central**.Nº 50, I Semestre 2013, p. 195–213.

BACHA, C. J. C.; RODRIGUEZ, L. C. E. Impactos socioeconômicos do projeto ITTO na Floresta Nacional do Tapajós. **IPEF - Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais**, 2004.

BICALHO, A. M. S. M.; HOEFLE, S. W. Política ambiental e conflito social na Floresta Nacional do Tapajós e no Parque Nacional da Amazônia. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 282-291.

BRASIL. Lei n. 12.678, de 25 de Junho de 2012. Altera os limites da Floresta Nacional do Tapajós. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 25 jul. 2012. Seção 1, p.3.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 9.985, de 18 de Junho de 2000**: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília, Distrito Federal.

BRITO, F. de A; CÂMARA, J. B. D. **Democratização Gestão Ambiental**: em Busca do Desenvolvimento Sustentável. (2 ed.) Petrópolis: Vozes. 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Consulta Tramitação de Proposições**: PL 794/95. Disponível em<http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=15875>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CASTRO, J. H. F. Projeto de desenvolvimento e pesquisa florestal: alguns aspectos do problema brasileiro. **Relatório Técnico n. 19**. Brasília: FAO, 1982. 58p.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DIEGUES, A. C. O. **Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC. 1996.

ESPÍNOLA, R. S.; CASTRO, V. M. Ecoturismo e gestão participativa em Áreas Protegidas: o caso da Floresta Nacional do Tapajós (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.2, mai/ago-2012, pp.281-296.

FARIA, A. A. C. **Uma visão da Floresta Nacional do Tapajós (PA). Diagnóstico Rural Participativo (DRP) – junho a setembro de 2003**. Belterra: Pró-manejo, 2004.

GOMES, M. C. **Populações tradicionais em florestas nacionais**: um estado de caso na floresta nacional de Humaitá-Amazonas. Viçosa, MG, 2016.

GUERRA, F. G. P. Q. **Contribuição dos produtos florestais não madeireiros na geração de renda na Floresta Nacional do Tapajós – PARÁ**. 2008. (Dissertação). Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Área de Concentração em Economia e Política Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **Gestão compartilhada de unidades de conservação.** Disponível em: <<http://www.idesam.org.br/programas/unidades/cogestao.php>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

INCRA. **Processo 00850/73.** Brasília: INCRA/Ministério da Agricultura, 1973. 170p.

IUCN. **International Union of Conservation of Nature.** Disponível em <<http://www.iucn.org/>>. Acesso em: 02 set. 2014.

MAGALHÃES, J. P. **A evolução do Direito Ambiental no Brasil.** São Paulo. Editora Juarez de Oliveira, 2002.

MATOS, C. B. Diversidade e usos de quintais agroflorestais da comunidade São Domingos, Floresta Nacional do Tapajós, Belterra – PA. Santarém, 2015.

MENDONÇA, A, P. & FERRAZ, I, Z, D. Óleo de andiroba: processo tradicional da extração, uso e aspectos sociais no estado do Amazonas, Brasil. INPA, **Acta Amazônica.** 2007.

PEREIRA, J. C. M. **Os modos de vida na cidade:** Belterra, um estudo de caso na Amazônia Brasileira. 256f. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, P. R. **Desenvolvimento, Democracia e Meio Ambiente:** Degradação e Fábula Ambiental no Sul da Bahia. Especiaria, 6, (11/12), 2003. p. 241-262.

SILVA, S. S. **Política de desenvolvimento municipal: análise dos instrumentos de planejamento urbano, na gestão do município de Belterra – Pará.** 2012. Dissertação (Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Área de concentração: Gestão Ambiental-Desenvolvimento territorial e ações públicas locais). BELÉM, 2012.

SILVA, L. A. **Situação fundiária da Floresta Nacional do Tapajós:** um estudo jurídico da comunidade de São Jorge, Santarém- PA. Santarém: Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém, 1998. 51p.

TOZZO, R. A.; MARCHI, E. C. Unidades de conservação no Brasil: uma visão conceitual, histórica e legislativa. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade.** vol. 6, n.3, p. 508 – 523. jul - dez 2014.

PERFIL SOCIOECONÔMICO, AMBIENTAL E INSTITUCIONAL DA COMUNIDADE SÃO JORGE, BELTERRA, PARÁ

1. INTRODUÇÃO

Originalmente, a Comunidade São Jorge pertencia a Flona/Tapajós. Era uma área de floresta densa e rica em recursos naturais, ocupada por indígenas. Ficou conhecida pela grande quantidade de Pau Rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke), motivo pelo qual, na década de 1960, recebeu a instalação de uma empresa para explorar e beneficiar este produto, trazendo muitos trabalhadores, principalmente, do nordeste. No entanto, a exploração irracional levou a extinção da espécie na região e, conseqüentemente, ao encerramento das atividades da empresa.

Durante pelo menos duas décadas, os planos de manejo visaram, sobretudo, a exploração florestal em uma área de 136.000 ha situada na região de planalto, às margens da BR 163, servindo “*como experiências-piloto, para introduzir disciplina e acerto na exploração florestal*” (CASTRO, 1982).

São Jorge está localizada no Km 92 da BR 163, sentido Santarém-Cuiabá, estando, hoje, habitada por 297 famílias, sendo a comunidade mais densamente habitada e o maior colégio eleitoral de Belterra. Segundo Silva (2012) foi transformada em distrito da sede do município com base na lei nº131 de 22 de fevereiro de 2007.

O presente estudo foi concebido a partir de uma perspectiva essencialmente interdisciplinar. Nesse sentido, busca-se apresentar o perfil das famílias moradoras da comunidade São Jorge na percepção dos entrevistados com relação ao antes e depois da saída da Flona.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho possui característica exploratória e analítica, tendo um aporte bibliográfico e documental para informações secundárias. Outro suporte metodológico foi o estudo de caso realizado na comunidade São Jorge, localizada no Km 92, da BR 163, no município de Belterra. A coleta dos dados primários fez-se em forma de entrevistas com os moradores mais antigos da comunidade pelo método “bola de neve”, em que um entrevistado indica o nome de outra pessoa que possa fornecer as informações necessárias para a finalidade da pesquisa.

A entrevista consiste em uma técnica pertinente por se tratar de um procedimento utilizado em vários campos das ciências, possibilitando o diagnóstico e até mesmo o tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2007). Assim, de acordo com Gil (2011) a entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador ou oferecer uma visão aproximativa do problema pesquisado.

O questionário foi estruturado com perguntas semiestruturadas para levantamento do perfil socioeconômico, para a percepção ambiental, dos sistemas de produção e a experiência do processo de mudança com a saída da Flona/Tapajós. A pesquisa de campo foi realizada no período de 2017 – 2018 e para a escolha dos entrevistados considerou-se uma amostragem aleatória simples, com um nível de confiança de 97% e margem de erro de 7%. Isto porque de acordo com dados fornecidos pelo agente comunitário de saúde o número de famílias é de 297, chegando-se a aplicar 120 questionários.

As entrevistas foram gravadas com auxílio de uma câmera digital e um gravador para a posterior transcrição das informações registradas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresentam-se os dados coletados durante pesquisa de campo, os quais descrevem o perfil das famílias da comunidade São Jorge.

3.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES

A média de idade dos 120 moradores entrevistados na comunidade São Jorge é de 43,22 anos. Destes 40,83% são do sexo masculino e 59,17 % do sexo feminino. Quanto à naturalidade 80,83% dos informantes são do Pará; 6,67% são provenientes do Maranhão; 8,33% vieram de Ceará; 2,5% de Manaus; Roraima e Piauí representam 0,83% cada.

O perfil educacional dos moradores entrevistados é apresentado na tabela 1:

Tabela 1: Perfil educacional dos moradores entrevistados de São Jorge

Escolaridade	Nº de indicações
Série 0 – não escreve (sem escolaridade)	14
Ensino Fundamental Incompleto	61
Ensino Fundamental Completo	6
Ensino Médio Incompleto	8
Ensino Médio Completo	26
Ensino Superior	5

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Em relação à escolaridade, 11,67% dos pesquisados não frequentaram a sala de aula, considerando-se, portanto, sem escolaridade. A maioria possui o ensino fundamental incompleto, perfazendo um total de 50,83%; apenas 5% indicaram ter concluído o ensino fundamental; os que possuem o ensino médio incompleto totalizam 6,67%; 21,67% finalizaram o ensino médio e 4,17% cursaram o ensino superior.

Estas informações representam um percentual significativo quanto à formação escolar dos entrevistados. Mostra-se que a intensa expansão do acesso fundamental nos anos 1990, bem como a redução da evasão escolar e o aumento da cobertura da rede de ensino no país, possibilitou um aumento do fluxo entre os níveis fundamental e médio, o que também acabou permitindo a expansão de demanda pelo ensino superior (CASTRO; CASTRO; LEITE, 2006).

No entanto, Cardoso (2005) relata que a falta de qualificação diante da baixa escolaridade impede que se consigam empregos com melhores remunerações. Além disso, Araújo (2011, p. 287) atenta que o desafio maior é ter possibilidade de acesso, mas também de permanência, educação de boa qualidade, considerando as dimensões de nosso Brasil, suas profundas desigualdades e as discontinuidades das políticas e propostas para educação pública.

Os dados referentes ao perfil profissional dos comunitários entrevistados residentes em São Jorge estão presentes na tabela 2. Desta forma, têm-se os seguintes dados:

Tabela 2: Perfil profissional dos comunitários residentes em São Jorge

Profissão	Nº de indicações
Agricultor (a)	71
Aposentado (a)	5
Autônomo (a)	1
Costureira	1
Dona de casa	8
Funcionário (a) público (a)	5
Garimpeiro	1
Lavrador (a)	24
Marceneiro	1
Médico (a) veterinário (a)	1
Motorista	1
Tratorista	1

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

A profissão dos entrevistados é bastante diversificada. Donas de casa representam 6,67%; mais da metade dos entrevistados são agricultores (as), com 59,17%; perfazendo 20% estão os (as) lavradores (as); funcionários (as) públicos (as) totalizam 4,17%; representando

0,83% cada constam garimpeiro; médico (a) veterinário (a); autônomo (a); tratorista; marceneiro e costureira.

A seguir, são mostrados dados da composição familiar dos moradores de São Jorge.

3.1. 1 Dados da composição familiar

Os parentes (esposo (a)/companheiro (a); filho (a); pais ou sogros; outros parentes; amigos ou agregados) que compõem as famílias dos entrevistados têm em média 23,63 anos. Quanto à escolaridade (Tabela 3) cabe destacar:

Tabela 3: Perfil educacional dos familiares dos moradores entrevistados em São Jorge

Escolaridade	Nº de indicações
Até o 4º ano	194
5º ao 9º anos	59
Ensino médio	110
Ensino superior	9

Dentre os parentes dos pesquisados 52,15% cursaram até o 4º; 15,86 chegaram a estudar do 5º ao 9º anos; 29,57 indicaram ter chegado ao ensino médio e 2,42% conseguiram chegar à graduação.

De acordo com Medeiros, Quintans & Zimmermann (2013) torna-se necessário pensar nos desafios do campo educacional, para garantia da educação escolar pública. Assim, no entender de Azevedo (2001) e Mészáros (2008) as políticas educacionais tornam-se possibilidades de melhoria na educação, quando se busca minimizar as desigualdades sociais existentes, diante do processo de globalização.

3.1.2 Composição da renda familiar

Mensalmente, os aposentados contribuem na renda familiar com R\$978,13 (Novecentos e setenta e oito reais e treze centavos), valor que é utilizado para despesas com alimentação, educação, saúde (remédios), vestimenta, entre outras necessidades. Ressalta-se que em muitos casos evidenciados na presente pesquisa, constitui-se na principal ou até mesmo na única fonte de renda das famílias, como descreve a tabela 4:

Tabela 4: Atividades que efetivamente compõem a renda das famílias entrevistadas

Atividades que compõem a renda familiar	Nº de indicações
Aposentadoria	23
Bolsa família	47
Bolsa verde	7
Funcionário público	4
Outros (panificação, pensão, auxílio doença)	5

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Outra forma de contribuição na renda das famílias de São Jorge é o programa social “Bolsa Família”. Este, gera ao mês, em média, R\$205,81 (Duzentos e cinco reais e oitenta e um centavos).

O bolsa verde, que também é um programa do governo federal, foi indicado como fonte de composição de renda de algumas famílias, totalizando, por mês, em média, R\$ 187,14 (Cento e oitenta e sete reais e catorze centavos).

Além desses, há o funcionalismo público, o qual contribui com R\$1.372,00 (Hum mil, trezentos e setenta e dois reais). Outras atividades como panificação, pensão, auxílio doença também foram mencionados pelos entrevistados, no entanto, não se obteve os valores correspondentes.

3.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A comunidade São Jorge possui uma ampla representatividade organizacional. 120 moradores foram entrevistados quanto às formas de organizações existentes na comunidade. Assim sendo, as tabelas apresentadas a seguir, perfazem um demonstrativo da estrutura organizacional de São Jorge.

Dentre as representações organizacionais existentes na comunidade São Jorge ganharam destaque com 25,72% das indicações dos entrevistados o conselho comunitário e a delegacia sindical. A associação comunitária foi citada por 22,57% dos moradores; clube de futebol representou 14,96 das indicações; igreja foi mencionada por 5,77 dos pesquisados, além do grupo de mulheres e associação intercomunitária com 2,9% e 2,36%, respectivamente, de acordo com a tabela 5:

Tabela 5: Formas de organizações sociais existentes na comunidade São Jorge

Organizações	Nº de indicações
Associação comunitária	86
Associação intercomunitária ¹	09
Conselho comunitário	98
Clube de futebol	57
Delegacia sindical ²	98
Grupo de mulheres ³	11
Outros: igreja	22

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Quando questionados sobre a participação nestas organizações, os dados foram os seguintes: das 118 respostas 66,10% revelaram participar de pelo menos uma das organizações citadas anteriormente e 33,9% não participam.

A mobilização política da população residente na FLONA Tapajós esteve fundamentada no fortalecimento da organização comunitária. A origem das comunidades que foi o agrupamento de pequeno número de famílias em torno do atendimento de interesses sociais comuns se estendeu para a formação de associações acrescentando objetivos econômicos às ações da comunidade (BICALHO & HOEFLE, 2014).

Neste item, buscou-se além de informação sobre a participação sabe qual organização participa e para os que não participam descobrir o motivo. Deste modo, dos 78 entrevistados que responderam à questão obtiveram-se 94 respostas, mostradas abaixo na tabela 9:

Tabela 6: Participação dos moradores entrevistados nas organizações sociais presentes na comunidade São Jorge

Organizações	Nº de indicações
Associação comunitária	14
Associação intercomunitária	3
Clube de futebol	8
Conselho comunitário	12
Delegacia sindical	39
Outros: igreja	18

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Maior parte dos entrevistados, o que corresponde à 41,49%, são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares; 19,15% informaram participar das ações da igreja; 14,89% têm vínculo com a associação comunitária; 12,77%

¹ Associação de Moradores e Pequenos Produtores das Comunidades de São Jorge (Km 93), Nossa Senhora de Nazaré (Km 100) e Santa Clara (Km 93) - APRUSANTA

² Criada em 1996.

³ Criado em 2004.

participam do conselho comunitário; 8,51% fazem parte de clube de futebol e 3,19% são sócios da associação intercomunitária.

Leroy (1991) relata que as delegacias sindicais foram os instrumentos da participação política dentro das comunidades mais importantes, tendo o STTR/STM papel primordial no processo de organização social destas.

Quanto às negativas da não participação nas organizações sociais da comunidade pode-se observar o seguinte, segundo dados da tabela 7:

Dos 40 entrevistados que indicaram não participar de nenhuma organização comunitária, apenas 31 indicaram os motivos. Destes 64,52% disseram não ter interesse nenhum em participar; 16,13 informaram não ter tempo para frequentar as reuniões; 6,45% contribuíram dizendo não apresentarem a saúde muito boa, tendo dificuldade de se dirigirem até a sede da organização; há ainda os que não têm coragem, os que não gostam, os que trabalham o dia todo e aquele que nunca receberam um convite para participar. Estes representam cada 3,23% das indicações dos pesquisados.

Tabela 7: Motivos atribuídos a não participação nas organizações sociais existentes na comunidade

Motivos atribuídos	Nº de indicações
Falta de coragem	01
Falta de tempo	05
Não gosta	01
Não tem a saúde muito boa	02
Não tem interesse em participar	20
Nunca convidaram	01
Trabalha o dia todo	01

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

A atuação da organização social dentro da comunidade também foi avaliada. Dos 120 moradores entrevistados nesta pesquisa, 75,83% avaliaram como regular a atuação das organizações comunitárias; 15% indicaram não ter conhecimento das atuações; 5% consideram fraca e 4,17% opinaram como forte atuação. Descrição baseada na tabela 8:

Tabela 8 - Avaliação da atuação da organização comunitária dentro da comunidade

Avaliação	Nº de indicações
Forte	05
Fraca	06
Não tem conhecimento	18
Regular	91

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

O bom funcionamento da gestão das entidades que cuidam da comunidade foi indicado, na tabela 9, por 70% dos pesquisados, no entanto, para 20% a gestão funciona de forma precária. Há ainda os que não têm nenhum conhecimento sequer do funcionamento destas entidades e segundo 0,83% dos informantes não chega a funcionar.

Tabela 9 - Avaliação em relação ao funcionamento das entidades que cuidam da gestão da comunidade

Avaliação	Nº de indicações
Funciona bem na gestão da comunidade	84
Funciona precariamente na gestão da comunidade	24
Não funciona	1
Não tem conhecimento	11

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

De modo geral, os moradores de São Jorge se organizam em torno de lideranças sindicais e comunitárias, formando uma rede de cooperação para a execução de ações em prol da comunidade.

Diante de todo esse processo é pertinente conhecer quais as perspectivas futuras dos moradores de São Jorge. Sendo assim, fez-se uma compilação dos itens mais indicados por cada entrevistado, como se observa na tabela 13 abaixo:

Tabela 10 - Opinião dos entrevistados sobre as perspectivas para o futuro

Descrição das perspectivas	Nº de indicações
Água para toda a população	01
Casa lotérica	01
Mais organização	02
Melhor atuação dos governantes	04
Melhor qualidade de vida	03
Melhore a forma de viver	04
Melhorias para a comunidade	85
Menos poluição	01
Oportunidade de trabalho/emprego	16
Posto de combustível	01
Que as pessoas voltem a ter consciência ambiental	07
Que se tenha segurança	07
Telefonia móvel	04

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Um dos grandes anseios, de acordo com 62,5% dos moradores entrevistados da comunidade São Jorge, refere-se a melhorias para a comunidade. Melhorias estas na saúde por meio de investimentos que possibilitem a construção de um hospital ou o funcionamento do posto de saúde com equipamento de qualidade; na educação por meio da promoção de ensino de qualidade para crianças, jovens e adultos, com investimento para a construção de creches e implantação de cursos profissionalizantes ou até mesmo uma faculdade; ramais com boa estrutura e iluminados.

Oportunidade de trabalho/emprego representa o anseio de 11,77% dos informantes da pesquisa. De acordo com estes, antes havia oportunidades de emprego na comunidade, hoje, a situação é bem diferente. Acreditam, portanto, que a implantação de uma serraria mudaria esta realidade.

Segurança foi apontada por 5,15% dos entrevistados. A única delegacia da comunidade encontra-se fechada, nesse sentido, se não for possível sua reativação que tenha pelo menos policiamento, pois para os pesquisados existem leis que asseguram a segurança para todo cidadão, porém não são efetivadas.

Com o mesmo percentual, tem-se um apelo ambiental: que as pessoas voltem a ter consciência ambiental. Este propõe que os moradores voltem a cuidar dos recursos naturais, especialmente, dos igarapés e das florestas e para 0,73% é necessário gerar menos poluição.

Para 2,94% dos entrevistados espera-se que a comunidade seja vista pelas autoridades através de uma atuação mais eficiente dos governantes, executando ações que melhorem a forma de viver (2,94%) e, então, promovam melhor qualidade de vida (2,21%). No entanto, só ocorrerá se houver apoio da prefeitura com os trabalhos mecanizados e com a melhor gestão quanto aos recursos destinados à saúde e à educação.

Outro serviço almejado pela comunidade São Jorge é o serviço de telefonia móvel, apontado por 2,94% dos investigados. Apesar de existir um infocentro na comunidade este meio de comunicação ainda é bastante incipiente. Além destes, a instalação de um posto de combustível também foi citada na entrevista. Atualmente, há venda de combustíveis em pequenos comércios e até mesmo em algumas residências. Isto porque o posto mais próximo fica localizado a quilômetros de distância da comunidade.

De acordo com 0,73% dos entrevistados, em São Jorge não existe uma unidade de atendimento lotérico para a realização de pequenos pagamentos. Quando necessitam, os moradores se deslocam até o município de Santarém para efetuar o pagamento de suas contas, realizar saques e depósitos e outras transações financeiras.

A água é um elemento essencial ao homem e a toda forma de vida, no entanto, muitas pessoas não têm acesso a esse recurso e quando chega a ter não apresenta boa qualidade para o consumo. Das 136 respostas obtidas nesta pesquisa, 0,73% esperam que toda a população de São Jorge tenha em suas casas este recurso.

Nesse sentido, as referidas mudanças ocorrerão somente se houver melhor organização comunitária (1,47%), sobretudo, na união das lideranças que constituem as diferentes entidades que representam os interesses da comunidade.

Foi definida ainda, com a presente pesquisa, uma relação de serviços que a comunidade gostaria de receber (Tabela 11), dentre os quais destacam-se:

O serviço que requer maior atenção é a segurança pública com 33,53% da opinião dos entrevistados, a qual necessita da reabertura da delegacia e de policiamento na comunidade. Infraestrutura vem em segundo lugar com 17,92% da indicação dos moradores. Neste item os serviços solicitados são a construção do muro da escola, melhoramento e limpeza das ruas e ramais ou até mesmo aplicação de aterro e asfalto.

A geração de empregos recebeu a indicação de 10,98% dos entrevistados. De acordo com estes a instalação de firmas/empresas ou serrarias mudaria este cenário, na geração de empregos tanto para jovens quanto para adultos.

Tabela 11 - Relação de serviços que os comunitários da comunidade São Jorge gostariam de ter acesso ou que fossem realizados

Descrição dos serviços	Nº de indicações
Água tratada	01
Conservação do meio ambiente	18
Educação	17
Emprego	19
Esporte	01
Iluminação pública	01
Infraestrutura	31
Lazer	01
Mais organização	01
Melhor gestão do governo	01
Recursos financeiros	02
Saneamento básico	05
Saúde	10
Segurança pública	58
Telefonia móvel	02
Terra mecanizada	05

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

A preocupação com a conservação do meio ambiente também foi expressada na presente pesquisa. 10,41% dos informantes indicaram a contratação de fiscais ambientais para que possam acompanhar as ações realizadas pelos comunitários, além do mais foram citados a implantação de projetos que promovam o melhoramento genético e reflorestamento de áreas.

A educação foi citada por 9,83% dos entrevistados. Para contribuir com este serviço indicaram-se a construção de creches, a implantação de uma faculdade, cursos preparatórios e profissionalizantes.

A saúde com 5,78% requer melhor qualidade. Para isso é necessária a implantação de posto de saúde 24 h e construção de um hospital.

Saneamento básico e terras mecanizadas receberam a indicação de 2,89% dos informantes. Para o primeiro item se requer coleta de lixo nos lugares públicos e para o segundo que todas as famílias tenham o acesso a esse serviço.

Com 1,15% cada, os serviços de telefonia móvel e recursos financeiros indicam a necessidade de se ter um sistema de comunicação eficiente na comunidade como também melhores condições financeiras para os comunitários.

Água tratada, esporte, lazer, maior organização, melhor gestão do governo perfizeram um total de 0,58% cada.

3.3 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

Eram poucas pessoas, poucos vizinhos, o acesso era difícil, havia uma pequena escola coberta de palha, o mato circundava as moradias simples feitas de barro ou madeira e cobertas por palhas ou cavacos. Os anos se passaram e as mudanças foram ocorrendo. Muito se tem a conhecer sobre essa época.

As casas de barro aos poucos foram sendo substituídas por construções de madeira, outras de alvenaria ou até mesmo mistas. Segundo dados da pesquisa correspondem respectivamente a 40%, 20% e 40%.

De acordo com os entrevistados, antes da saída da Flona/ Tapajós as estradas e ramais de acesso à comunidade São Jorge, apresentavam-se em estado regular para 36,67%, em situação ruim para 35%, péssimo para 21,67% e bom para 0,83%, não responderam 5,83%. Em contrapartida, depois da saída as informações obtidas foram as seguintes: para 43,33% dos entrevistados estradas e ramais continuaram em estado regular, 31,67% informaram estarem

em péssima situação, 17,5% consideraram como regular, 5% como bom, 2,5% não responderam ou não souberam opinar.

O acesso à água potável antes da saída da UC dá-se da seguinte forma: 50,83% dos entrevistados realizavam a captação de água através de poço boca larga (cacimba), 30% captavam por meio de microssistema comunitário, 11,67% obtinham água pela captação em poço artesiano, 3,33% realizavam a captação diretamente de igarapé, 5,83% não responderam. Depois do processo de saída a maioria da população passou a obter água por meio do microssistema comunitário, representando 59,17% dos entrevistados. 28,33% continuaram a captação por meio de poço boca larga (cacimba) e 17,5% através de poço artesiano.

Para atender as 297 famílias da comunidade existem dois microssistemas em atividade e um terceiro está em construção.

Quanto à saúde, antes da saída já existia posto de saúde na comunidade, segundo 92,5% dos informantes, os demais 7,5% não responderam. Este serviço continua existindo e realizando atendimentos aos moradores de São Jorge e de comunidades circunvizinhas, segundo 100% dos entrevistados.

Em São Jorge são atendidas por três Agentes Comunitários de Saúde 297 famílias.

Outro aspecto a ser mencionado é a educação. Segundo os relatos de 68,87% dos pesquisados estudava-se o ensino fundamental na escola da própria comunidade, apenas 2,65% estudavam o ensino fundamental em escola de outra comunidade, 19,87% estudavam o ensino médio na escola da própria comunidade e somente 0,66% em escola de outra comunidade, 7,95% dos entrevistados não responderam. Após a saída da UC 59,28% estudam o ensino fundamental na escola da própria comunidade e 1,55% em escola de outra comunidade e ensino médio na escola da própria comunidade perfazendo um total de 38,14%, não responderam 0,52%.

Percebe-se, portanto, uma redução no percentual referente ao ensino fundamental e um aumento no ensino médio por conta da conclusão do ensino fundamental e ingresso no ensino médio.

O transporte antes da saída foi avaliado como regular para 41,67% dos entrevistados, 22,5% avaliaram como ruim, a avaliação bom e péssimo perfizeram 15,83% cada, não responderam 4,17% dos consultados. Após nota-se uma expressiva melhora nesse serviço, como mostram os dados a seguir: 45% dos entrevistados passam a considerar o serviço como bom, 37,5% avaliam como regular, para 6,67% o transporte é indicado como péssimo, 4,17% como excelente e 3,33% como ruim, não responderam 3,33% dos entrevistados.

Atualmente, a comunidade é atendida por linha de ônibus que faz viagem diariamente para a cidade de Santarém.

Antes da saída da Flona/Tapajós foram construídos e equipados com recursos de projeto de instituições internacionais, por intermédio de ONG's que atuavam na comunidade, uma rádio comunitária e um infocentro, os quais ainda permanecem em funcionamento levando serviço de comunicação e muita informação à comunidade São Jorge.

Contam-se, hoje, com mais de dez congregações religiosas. Na organização social há associação comunitária, conselho comunitário, grupo de mulheres, grupo de jovens, associação intercomunitária, delegacia sindical e clubes de futebol.

Antes e depois da saída da UC a principal fonte de renda continua sendo a agricultura. Dos 120 entrevistados apenas 87 responderam sobre o tipo de atividade desenvolvida em sua área de produção antes da saída da UC. Assim sendo, 87,36% mencionaram a agricultura como a maior renda, criação de pequenos animais com 10,34%, pecuária com 1,15% e outros também com 1,15%.

Quando questionados sobre a atividade de produção que gera maior renda para as famílias depois da saída da Flona/Tapajós, 92 entrevistados afirmaram ser a agricultura, perfazendo 91,3%, tendo a criação de pequenos animais 8,7%.

3.4 ESPAÇO TERRITORIAL

Os informantes do referido estudo moram em média 24,52 anos, na comunidade São Jorge. 107 deles, que corresponde a 89,17%, já moravam na mesma área antes do processo de emancipação. Porém, 13 moradores (10,83%), residiam em outras áreas.

Estas 107 famílias ocupam uma área de 777,08 (Setecentos e setenta e sete reais e oito centavos)ha. Sendo que apenas 78 (65%) informaram possuir área para plantio. 42 moradores disseram não possuir área para plantio, perfazendo (35%). Entretanto, destes 42 moradores, 05 informaram que utilizam área de parentes para realizar o plantio que sustentará suas famílias.

Dos 78 pesquisados que indicaram possuir área para o plantio, 55 informaram que suas referidas áreas estão a aproximadamente 4,32Km de distância do centro da comunidade.

Tal situação pode se explicada pelo fato de que com o aumento populacional houve a divisão dos primeiros terrenos, muitos deles doados pela associação comunitária, entre os

parentes das famílias locais. Além do mais, com a criação da Flona/Tapajós todas as famílias passaram a ter direito a lotes para realizar plantio (roça), os quais se localizam no mínimo a 1 km de distância da sede da comunidade. Esta condição é estendida às demais localidades que, hoje, ainda fazem parte da referida Unidade de Conservação.

Os avós e pais da maioria dos entrevistados trabalhavam na coleta da seringa (26,67%); da castanha (26,67%); do açaí (6,67%), da pesca (22,22%); da caça (17,78%), os quais por inúmeros motivos deixaram suas terras de origem e vieram desbravar a Amazônia, chegando até a comunidade São Jorge.

Abaixo (Tabela 12) estão descritas as principais motivações que fizeram com que estes entrevistados viessem fixar morada na comunidade São Jorge:

Tabela 12 - Principais motivações para a vinda e fixação de moradia na comunidade São Jorge.

Principais motivações	Nº de indicações
Acompanhando os pais que se mudaram para este local	19
Em busca de melhores condições de vida	6
Por conta do pai que trabalhava no local	2
Veio conhecer, gostou e achou o local muito bom para morar e trabalhar	17
Por falta de ônibus na comunidade onde morava	1
Era muito difícil o acesso à água na comunidade onde morava	2
Casou	6
Onde morava não tinha terreno para plantio	3
Por conta de parentes e familiares que já moravam no local	7
Para trabalhar	5
Para os filhos estudarem	2
Em busca de sossego	2
O pai vendeu o terreno em que moravam	4
Porque era um lugar calmo, tranquilo	2
As coisas eram difíceis e achou que em São Jorge seriam mais fáceis	4
Por ter acesso às estradas para ir à Santarém	1
Por ser um lugar próspero	3

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Parte destes moradores, no momento da entrevista, informou que fizeram a aquisição de suas terras por meio da compra de parentes, representando 11,11%; alguns compraram de outras pessoas, totalizando 56,48%; a obtenção através de herança somou 9,26% dos entrevistados; doações feitas por parentes ou pela comunidade somam 18,52%; troca/permuta

foi indicada por 0,93% dos moradores; 2,78% receberam do governo: espontâneo; outros recebeu o indicativo de 0,93%.

No que refere ao tipo de construção das residências, observou-se que 20% possuem estrutura de alvenaria; em madeira e construções mistas (parte madeira e parte alvenaria) representam cada 40% das habitações.

Os moradores entrevistados também foram questionados sobre documentações de suas áreas (lotes). Os resultados são mostrados na tabela 13:

Tabela 13 - Documentações das áreas (lotes) dos moradores entrevistados de São Jorge

Documentações	Nº de indicações
Escritura em cartório	4
Não tem nenhum documento	59
Outros (CAR)	16
Recibo de compra e venda com registro em cartório	18
Recibo de compra e venda sem registro em cartório	15
Título da prefeitura	1

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Diante do exposto, constata-se que 52,21% dos moradores pesquisados não possuem nenhum documento de sua propriedade; 15,93% informaram ter recibo de compra e venda registrado em cartório, porém, 13,27% possuem o recibo de compra e venda, mas tiveram a possibilidade de registrá-lo em cartório; o Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi indicado por 14,16% dos entrevistados; 3,54% têm escritura em cartório e 0,88% disseram ter como documento de sua propriedade o título da prefeitura.

3.5 PERFIL AMBIENTAL DA COMUNIDADE

O referido estudo teve como marco temporal 05 anos antes e 05 anos depois do processo de emancipação, no entanto, para uma visão mais ampla sobre a percepção dos moradores sobre a importância dos recursos naturais da comunidade, buscou-se um período maior de avaliação, fato que não prejudica a proposta da presente pesquisa, ao contrário, contribui significativamente na análise dos resultados.

Desta forma, a seguir são mencionadas as avaliações dos moradores entrevistados, observando um período que compreende o passado, o presente e o futuro.

De modo geral, todos os recursos naturais da comunidade São Jorge foram avaliados como muito importantes, numa perspectiva presente e futura, conforme tabela 14.

Tabela 14 - Avaliação da importância dos recursos naturais de sua comunidade:

Recursos avaliados	- 10 anos (passado)				0 (presente)				+ 10 anos (futuro)			
	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI
Floresta (andiroba, copaíba, Amapá, piquiá, breu)	91	26	2	1	79	33	4	1	91	22	2	1
Floresta (madeira)	83	30	2	6	79	31	2	6	95	16	1	5
Caça	90	28	0	2	83	32	0	2	95	18	1	2
Roçado (agricultura)	88	29	0	3	86	29	0	2	97	17	0	2
Igarapés	82	30	1	7	74	34	3	7	86	22	1	7
Fauna	92	26	1	0	86	30	0	0	97	18	0	0
TOTAL	526	169	6	19	487	189	9	18	561	113	5	17

MI = Muito Importante I= Importante PI= Pouco Importante NI= Não é importante

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

No entendimento de Antonius (1999), tornar longa a produtividade do uso dos recursos naturais, mantendo sua integridade e a continuidade de seu uso ao longo do tempo conduz à sustentabilidade, a qual só ocorrerá se for deixada como herança para as gerações futuras.

Desta forma, segundo Leff (2010) a sustentabilidade direciona para o futuro, constituindo-se em uma nova maneira de repensar a produção e todo o processo econômico, uma forma de configurar novas identidades, de romper com o processo de globalização econômica imposto ao longo da história. Para ele, a sustentabilidade, implica, sobretudo, uma mudança de racionalidade social e produtiva.

Enfatiza ainda, que a construção de sociedades sustentáveis, de um futuro sustentável, implica reestabelecer os equilíbrios ecológicos, uma vez que suas raízes vêm da natureza e estão nela ancoradas, vislumbrando mudanças que instituem uma economia sustentável.

Outro aspecto que retrata o perfil ambiental da comunidade refere-se aos resíduos e efluentes gerados no imóvel rural. Este tema teve a resposta de 120 moradores. Nesse sentido, os dejetos de esgotos gerados nas residências visitadas têm como destino, na opinião de 42,5% dos entrevistados a fossa seca ou rudimentar; 54,17% informaram fazer uso de fossa séptica e 3,33% despejam diretamente a céu aberto, como se apresentam na tabela 15:

Tabela 15: Destino de esgoto gerado nas residências

Destino de esgoto	Nº de indicações
Céu aberto	4
Fossa seca ou rudimentar	51
Fossa séptica	65
Joga direto no curso d'água	--
Rede de esgoto	--

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

De acordo com o IBGE (2010) dos 42% de domicílios brasileiros que fazem o uso de Sistemas Individuais de Tratamento e Disposição de Esgotos (SITDE) para o tratamento de seus efluentes, aproximadamente 23% utilizam tanques sépticos e 19% fossas rudimentares.

O tratamento ou destino dado ao lixo produzido nas residências ou proveniente das atividades realizadas nas unidades produtivas requer bastante cuidado, pois sua presença pode ser indicativo para doenças, poluição de fontes de água, odores, insetos, o que pode afetar diretamente a qualidade da produção e a saúde do agricultor. Dados desta abordagem constam na tabela 16:

Tabela 16: Destino do lixo (doméstico e das atividades)

Destino do lixo	Nº de indicações
Queimado	65
Enterrado	5
Descartado no mato da vegetação	--
Coletado pela prefeitura	82
Outros	--

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Na comunidade São Jorge, práticas como enterrio e queimada são bastante usuais. Para se ter a dimensão destas ações, das 152 respostas obtidas, 42,76% afirmaram queimá-lo; 3,3% enterram. Além do mais, de acordo com os moradores a prefeitura realiza o serviço de coleta atingindo 53,94% das residências, cujos moradores foram entrevistados.

Cordeiro (2010) relata que no inciso VI, do artigo 23, da Constituição da República de 1988, cabe a todas as esferas do poder público “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”.

Além do mais, o referido autor cita a Lei 11.445/2007 que institui as diretrizes nacionais para o saneamento básico e estabelece a Política Federal de Saneamento, destacando os incisos I: “universalização do acesso”; III: “abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente”.

Outro questionamento levantado pela referida pesquisa foi buscar informações quantitativas das propriedades que possuem o CAR. Desta forma, 40 entrevistados, o que corresponde a 35,4% disseram ter este documento e 73 (64,6%) afirmaram não tê-lo.

Diante do exposto, torna-se extremamente relevante mencionar que mesmo depois da saída da comunidade São Jorge da Flona/Tapajós continua havendo, por parte dos moradores, uma grande preocupação com os recursos naturais existentes no local e nas áreas circunvizinhas, como se apresenta no quadro 6 descrito abaixo:

Quadro 6 - Opinião dos entrevistados sobre a importância de se conservar as florestas, os rios, os animais, os mananciais existentes na sua área de produção e nos arredores da comunidade

Descrição	<p>Para manter a sustentabilidade Tendo uma floresta saudável, nós vamos ter um ar puro e vivermos melhor Pelo fato de dependermos de seus recursos naturais Porque é pro nosso futuro Através dela que podemos ter uma vida de qualidade Precisamos de ar puro Precisamos de água pura Precisamos de mata virgem Tudo faz parte para uma convivência melhor com meio ambiente É importante para a nossa sobrevivência É importante preservarmos esses recursos naturais para termos um ambiente limpo e saudável Precisamos desses recursos preservados para o futuro Porque não podemos viver sem esses recursos Ajudam na nossa sobrevivência Para o equilíbrio ecológico Porque ninguém vive sem esses recursos Protege do aquecimento global Porque tudo isso é necessário para a nossa existência Porque não vivemos sem estes recursos Para nosso próprio bem Através da preservação do meio ambiente estamos preservando a nossa própria vida É importante para uma vida melhor Porque precisamos e se não preservarmos vai acabar Para termos um ambiente limpo e conservado, só preservando Precisamos conservar mais para nossos filhos no futuro Porque precisamos preservar para não faltar É um bem que fazemos pra nós mesmos Para o futuro O clima é melhor com a preservação desses recursos Esses recursos podem acabar Porque é importante preservar o meio ambiente para que no futuro nossos descendentes vivam bem Porque sem a água ninguém vive Porque conservando esses recursos, vão servir para nossos netos Porque sempre vamos precisar da floresta, dos rios Porque se esses recursos acabarem vai nos prejudicar Porque é sempre bom preservar os recursos naturais para mais tarde servir para nossos netos Esses recursos podem acabar Tendo uma floresta saudável, nós vamos ter um ar puro e vivermos melhor O meio ambiente é importante para a nossa sobrevivência É importante preservarmos esses recursos naturais para termos um ambiente limpo e saudável</p>
------------------	---

Fonte: Elaboração da pesquisadora com transcrição dos discursos dos entrevistados (2018).

Para aprofundar essa questão, os moradores entrevistados foram questionados sobre os principais problemas socioambientais presentes na comunidade (resumo dos dados Tabela 17).

Dentre os problemas socioambientais identificados pelos moradores entrevistados, a falta de rede de esgoto apresentou maior número de indicações com 27,43%; com 20,35% segue a falta de água potável; falta de saneamento apresentou 17,7%; em seguida vem a poluição do igarapé com 11,50%; desmatamento foi citado por 10,62%; queimada por 3,54%; resíduos sólidos recebeu a indicação de 2,65% dos entrevistados; venda de áreas na comunidade e iluminação elétrica perfizeram 1,77% cada; caça predatória, invasão de áreas na comunidade e proliferação de doenças por meio do lixo atingiram ambos 0,88%.

Tabela 17 - Principais problemas socioambientais identificados na comunidade São Jorge antes e depois da saída da Flona/Tapajós

Problemas socioambientais identificados antes da saída da Flona	Nº de indicações	Problemas socioambientais identificados depois da saída da Flona	Nº de indicações
Caça predatória	01	Assoreamento de igarapés, nascentes	59
Desmatamento	12	Caça predatória	07
Falta de água potável	23	Desmatamento	80
Falta de rede de esgoto	31	Falta de água potável	35
Falta de saneamento	20	Falta de rede de esgoto	59
Iluminação elétrica	02	Falta de saneamento	49
Invasão de áreas na comunidade	01	Iluminação elétrica	34
Poluição do igarapé	13	Invasão de áreas na comunidade	05
Proliferação de doenças por meio do lixo	01	Morte de nascentes, igarapés	16
Queimada	04	Muito barulho	58
Resíduos sólidos	03	Poluição do igarapé	113
Venda de áreas na comunidade	02	Proliferação de doenças por meio do lixo	04
		Queimada	82
		Resíduos sólidos	09
		Urbanização desordenada	14
		Uso de agrotóxico	88
		Venda de áreas na comunidade	43

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Depois do processo de saída da UC houve, de acordo com os entrevistados, a indicação de problemas socioambientais ainda não existentes na comunidade São Jorge. A presença de agrotóxico, por exemplo, representou 11,66% das informações; assoreamento de igarapés, nascentes com 7,81%; com 7,68% foi mencionado o surgimento de muito barulho; a morte de nascentes, igarapés representou 2,12% e 1,85% indicando a urbanização desordenada.

Quanto aos demais problemas alguns apresentaram aumentos e quedas significativos e outros não, como se observa a seguir:

A falta de rede de esgoto teve uma redução de 19,62%; a falta de água potável representou uma diferença negativa de 15,71%; falta de saneamento reduziu 11,21%; já a queimada teve um aumento de 7,28%; a poluição do igarapé aumentou em 3,97%; venda de áreas na comunidade de 3,93%; iluminação elétrica de 2,73%; os resíduos sólidos reduziram 1,46%; a proliferação de doenças por meio do lixo 0,35%; a invasão de áreas na comunidade com 0,22%; a caça predatória aumentou 0,05% e o desmatamento diminuiu 0,02%.

Tudo indica que antes da emancipação a natureza era melhor tratada, os recursos naturais eram melhor cuidados, pois não havia, por exemplo, problemas trazidos com o processo de adensamento urbano.

O assoreamento de igarapés, nascentes e, conseqüentemente, a morte destas nascentes e igarapés pode estar associada à vinda de gaúchos para as áreas circunvizinhas e até mesmo da própria comunidade, os quais para a produção de grãos desmataram grandes áreas e passaram a fazer uso de agrotóxicos, sendo conduzidos por meio das chuvas.

No Parque Estadual de Sumaúma – AM os impactos socioambientais sobre o meio ambiente também são bastante significativos, o que pode provocar diversas formas de contaminação, as quais podem afetar o solo, a qualidade da água e as nascentes (BUENO & RIBEIRO, 2007).

Outra experiência relatada por Novais *et al.* (2013) foi que com a supressão da cobertura vegetal ocorrida na Flona Bom Futuro – RO perdeu-se o potencial madeireiro que, além de altos índices de queimadas ao longo dos anos, foi agravada pela retirada da floresta para a formação de pastos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No referido estudo, o maior público entrevistado foi do gênero feminino; grande parte é do Estado do Pará; a maioria possui o Ensino Fundamental; metade é de agricultores familiares; têm o Programa Bolsa Família como a principal fonte de renda das famílias; mais da metade possui fossa séptica em suas residências e serviço de coleta de lixo pela prefeitura; grande parte não possui o CAR; indicaram a falta de rede esgoto como o principal problema socioambiental no período anterior a saída da Flona e a poluição do igarapé no período após a

emancipação; as principais representações organizacionais da comunidade são a delegacia sindical e o conselho comunitário; tendo o primeiro maior participação dos entrevistados; a não participação nas organizações sociais da comunidade dá-se, principalmente, pela falta de interesse dos comunitários; as organizações têm atuação regular na comunidade, funcionando bem em sua gestão; a maioria dos entrevistados tem como maior perspectiva para o futuro melhorias para a comunidade e gostaria de acesso ao serviço de segurança pública; o acesso à água potável, para a maioria, ocorre por meio de microssistema comunitário de abastecimento de água; grande parte veio fixar residência em São Jorge acompanhando os pais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIUS, P. A. J. A exploração de recursos naturais face à sustentabilidade e gestão ambiental: uma reflexão teórico-conceitual. **Paper do NAEA**, 123, ago. 1999.

ARAÚJO, G. C. de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: O problema maior é o de estudar. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BICALHO, A. M. S. M.; HOEFLE, S. W. Política ambiental e conflito social na Floresta Nacional do Tapajós e no Parque Nacional da Amazônia. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 282-291.

BUENO, N. P. E.; RIBEIRO, K. C. C. Unidade de Conservação – Caracterização e relevância social, econômica e ambiental: um estudo de caso acerca do Parque estadual Sumaúma. **Revista Eletrônica Aboré**, Ed.3, 2007.

CARDOSO, R.S. (2005); **A Pesca Comercial no Município de Manicoré (Rio Madeira), Amazonas, Brasil**. Amazonas. (Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade Federal do Amazonas), 140p.

CASTRO, C. M.; CASTRO, M. H. M.; LEITE, E. M. Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios. In: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 121-228. cap. 3.

CORDEIRO, B. S. **A gestão de lodos de fossas sépticas: uma abordagem por meio da análise multiobjetivo e multicritério**. Dissertação de mestrado em tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos, Publicação PTARH.DM – 132/2010, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, DF, 143 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 200 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) 2008**. Rio de Janeiro, 2010.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEROY, J. P. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes/FASE, 1991.

MARCONI, M. De A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, L. S. de; QUINTANS, M.T. D.; ZIMMERMANN, S. A. Marcos jurídicos das noções de rural e urbano: reflexões a partir dos estudos de caso em Belterra (PA), Caxias do Sul (RS) e Nova Iguaçu (RJ). **Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS**. Seminário Temático - Metamorfoses do rural contemporâneo, 2013.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOVAIS, J. M.; MENDONÇA, A. P; MARINHO, L. L. E.; CORTI, A . M.; FERREIRA, R. F.. Manutenção dos recursos naturais na Floresta Nacional do Bom Futuro e seu entorno, Rondônia, Brasil. **Revista Eletrônica em gestão, educação e tecnologia digital**. KEGET/UFSM, v.18, n.1, Abr. 2014, p. 597-606.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO PRATICADOS NA COMUNIDADE SÃO JORGE, BELTERRA, PARÁ: EVOLUÇÃO E CONTEXTO ATUAL EM UMA PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE ANTES E APÓS A SAÍDA DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

1. INTRODUÇÃO

São Jorge é uma comunidade localizada no município de Belterra – Pará, a qual passou, em 2012, por um processo muito particular de organização social. Nascida em um espaço territorial que, em 1994, foi transformado em Floresta Nacional, São Jorge passou por rápidas transformações econômicas ocorridas ao longo as BR 163.

Freire (2001) enfatiza que a partir dos anos de 1970, a economia da região, antes voltada a produtos de exportação deu espaço para a economia de subsistência (pesca artesanal, caça, extrativismo, vegetal, cultivo de mandioca e culturas anuais).

No que refere aos agricultores familiares, segundo Schmitt; Tygel (2009) suas interações com o meio ambiente tornam-se elemento-chave no processo de mudanças nas relações estabelecidas com o mercado. Além do mais, o acesso aos meios de produção (terra, água, biodiversidade), não é simplesmente uma questão de *justiça econômica*, com foco na dimensão ambiental, vai muito mais além. Envolve diálogos entre os diversos segmentos da sociedade, na promoção da qualidade de vida, nos esclarecimentos sobre as mudanças climáticas e os riscos ambientais vigentes.

O sistema de produção é constituído por um conjunto de sistemas de cultivo e, até mesmo criação, praticados em uma propriedade rural, cuja concepção parte da definição de fatores de produção – terra, mão-de-obra que interagem com um processo de gestão do local (CHIAVENATO, 1993).

Desta forma, a produção agrícola é caracterizada dentro das UCs como uma agricultura de subsistência, em que predomina a mão de obra familiar, uma vez que todo o núcleo familiar envolve-se em nos mais diversos processos: plantio, colheita e beneficiamento, usando, minimamente insumos externos, os quais são de baixo impacto ambiental (FIGUEREDO *et. al.*, 2017).

Neste contexto, a presente pesquisa objetiva identificar os sistemas de produção praticados pelos moradores de São Jorge, demonstrando estes aspectos antes e depois da saída da UC.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi realizada junto aos moradores da comunidade São Jorge, distrito do município de Belterra, localizada no Km 92 da BR 163. A coleta de dados ocorreu no período de outubro de 2017 a abril de 2018.

Antes das atividades de campo foram realizadas reuniões. Primeiramente com representantes das organizações sociais presentes na comunidade, objetivando apresentar a proposta de pesquisa e obter autorização para sua realização. Num segundo momento, reuniu-se com demais lideranças para apresentar o projeto de pesquisa e traçar estratégias de realização das entrevistas.

A entrevista consiste em uma técnica pertinente por se tratar de um procedimento utilizado em vários campos das ciências, possibilitando o diagnóstico e até mesmo o tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2007). Assim, de acordo com Gil (2011) a entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador ou oferecer uma visão aproximativa do problema pesquisado.

Nesse sentido, as primeiras entrevistas foram realizadas com os moradores mais antigos da comunidade, os quais foram os informantes chaves da pesquisa, cujos primeiros nomes foram indicados em reunião e os demais durante as entrevistas e em seguida feitas com os demais moradores.

Para a coleta de dados junto aos 120 moradores foram utilizados dois tipos de instrumentos:

a) questionário semi-estruturado aberto, onde foram coletadas informações qualitativas sobre o passado e a projeção de futuro dos entrevistados para dar uma escala temporal ao estudo e, assim, permitir uma análise evolutiva da comunidade. Apresenta-se este questionário no Apêndice A e;

b) observação participante nas visitas às propriedades. Os dados observados foram relatados.

As informações foram organizadas em um banco de dados para permitir melhor análise e, conseqüentemente, melhor interpretação da percepção do público alvo da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ATIVIDADES PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS NA ÁREA

3.1.1 Tipos de produção da área antes e após a saída da Flona/Tapajós

Quando questionados sobre o tipo de produção desenvolvida em suas áreas antes da saída da comunidade da Flona/Tapajós 87,36% dos moradores indicaram ser a agricultura a principal forma de produção de suas propriedades. Em seguida, indicaram a criação de pequenos animais com 10,34% seguidos da pecuária e outros com 1,15% cada.

No entanto, depois da saída da Flona a agricultura passou a ser desenvolvida por 91,3% dos entrevistados e a criação de pequenos animais foi indicada com 8,7%, deixando-se a prática da pecuária e outros mencionados anteriormente.

Desta forma, a agricultura representou um aumento de 3,94% da produção na área e a criação de pequenos animais reduziu 1,64%. As áreas de produção dos comunitários de São Jorge ficam distantes do centro da comunidade cerca de 4,32 km, totalizando uma área de 31,81 ha de plantio.

3.1.2 Preparo da área de plantio antes e depois da saída da Flona/Tapajós

O preparo desta área antes da saída da Flona dava-se da seguinte forma: 97,53% dos entrevistados indicaram tratar a área em que realizavam sua produção de forma totalmente tradicional e apenas 2,47% disseram prepará-la de forma mecanizada.

Depois do processo de saída houve uma relativa mudança nas práticas de preparo das áreas de cultivo. Atualmente, 79,76% continuam com a prática totalmente tradicional; 16,67% passaram a trabalhá-la parte de forma tradicional e parte de forma mecanizada e 3,57% totalmente mecanizada.

Parte dos moradores que antes da saída da UC não tinham a prática da mecanização passaram a ter acesso a esse serviço. Assim, passaram a dividir seu tempo entre o preparo tradicional e o preparo mecanizado.

3.1.3 Atividades realizadas pelas famílias na área de plantio

3.1.3.1 Produção das culturas permanentes da comunidade São Jorge

Antes da saída da Flona a maior produção provinha do cultivo da banana, a qual representava 26,79%; o abacate e a laranja chegavam a ser cada um 12,5% da produção; com 10,71% o cupuaçu; laranja com 12,5%; limão com 7,14%; pimenta do reino 8,93%; pupunha com 8,04% e tangerina com 3,57%, como mostra a tabela 18:

Tabela 18 - Produção dos principais produtos das culturas permanentes indicados pelas famílias de São Jorge na área de plantio

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
Culturas permanentes	Produção (%)	Culturas permanentes	Produção (%)
Abacate	12,5	Abacate	15,96
Abacaxi	5,36	Abacaxi	3,19
Açaí	1,78	Açaí	3,19
Banana	26,79	Banana	24,47
Coco	2,68	Caju	1,06
Cupuaçu	10,71	Coco	2,13
Laranja	12,5	Cupuaçu	13,83
Limão	7,14	Laranja	13,83
Pimenta do reino	8,93	Limão	5,32
Pupunha	8,04	Pimenta do reino	8,51
Tangerina	3,57	Pupunha	8,51
TOTAL	100,00	TOTAL	100,00

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Depois da saída da UC a banana continua sendo a espécie de maior produção, no entanto, apresenta uma pequena redução de 2,32%, assim como o abacaxi (2,17%); o coco (0,55%); o limão (1,82%); a pimenta do reino (0,42%).

As demais espécies apresentaram um aumento na produção, como se destaca: abacate (3,46%); açaí (1,41%); cupuaçu (3,12%); laranja (1,33%); pupunha (0,47%).

A tangerina foi citada como sendo produzida apenas antes da emancipação e o caju, ao contrário, citado apenas depois da emancipação.

Sendo assim, dos 46 entrevistados que opinaram sobre esta questão, referindo-se ao período antes da saída da UC, 03 indicaram destinar 10% da produção para o consumo e 90% para a venda; 02 citaram que consomem 50% e vendem os outros 50%; 33 indicaram que a referida produção destina-se apenas ao consumo e 08 indicaram vender 100% de sua produção.

No entanto, quando se fez menção ao período após saída da UC apenas 36 entrevistaram opinaram. Desta forma, chegou-se a seguinte avaliação: 27 moradores informaram que fazem o consumo de 100% de sua produção; 05 afirmaram vender a produção em sua totalidade (100%); 01 mencionou consumir 50% e vender o restante (50%); 03 disseram consumir 10% e vender a diferença (90%).

Nesse sentido, quanto à produção dos principais produtos das lavouras permanentes do município de Belterra, em 2012, a principal produção foi de laranja (1.280 toneladas); banana (770 toneladas); pimenta-do-reino (470 toneladas). Em 2015, a banana passou a ocupar o primeiro lugar com 1.150 toneladas, laranja diminuiu para 320 toneladas e pimenta-do-reino também com queda, 150 toneladas (FAPESPA, 2016).

3.1.3.2 Produção das culturas temporárias da comunidade São Jorge

Diante das informações fornecidas pelos entrevistados, na tabela 19, pode-se constatar que a produção de alface representa 1,67%; arroz (15,56%; cará (0,55%); cheiro verde (6,11%); couve (3,89); feijão (13,89%); macaxeira (23,89%); mandioca (29,44%); melancia (1,11%); milho (3,89%).

Tabela 19 - Produção dos principais produtos das culturas temporárias indicados pelas famílias de São Jorge na área de plantio

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
Culturas temporárias	Produção (%)	Culturas temporárias	Produção (%)
Alface	1,67	Arroz	6,72
Arroz	15,56	Cheiro verde	3,73
Cará	0,55	Couve	1,49
Cheiro verde	6,11	Feijão	11,94
Couve	3,89	Gergelim	0,75
Feijão	13,89	Macaxeira	26,87
Macaxeira	23,89	Mandioca	41,79
Mandioca	29,44	Melancia	1,49
Melancia	1,11	Milho	5,22
Milho	3,89		
TOTAL	100,00	TOTAL	100,00

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Observou-se ainda que depois da saída da Flona o arroz apresentou queda de 8,84%, como também a produção de cheiro verde (2,38%), couve (2,4%); feijão (1,95%). Em contrapartida, a macaxeira teve aumento de produção de 2,98%; a melancia de 0,38%; o

milho de 1,33% e a expressiva produção de mandioca, perfazendo 41,79%, o que representa um crescimento de 12,35%. Alface e cará foram citados como produzidos apenas antes da saída da UC e o gergelim apenas depois.

Além do mais, ressalta-se que apenas 67 entrevistados forneceram as informações sobre as produções temporárias antes da emancipação. Assim sendo, verificou-se que 02 indicaram consumir 10% de sua produção e vender 90%; 24 destinam sua produção em 50% para o consumo e 50% para a venda; 32 produzem somente para o consumo de suas famílias e 09 indicaram vender 100% de suas produções.

Quanto às informações relacionadas a estas formas de produções depois a saída da Flona, os dados obtidos foram os seguintes: 38 pesquisadores responderam consumir 100% de sua produção; 10 indicaram o consumo de 50% e a venda de 50%; 4 informaram que realizam o consumo de 5% do que produzem e o restante (95%) destinam à venda; 4 reservam 100% da produção à venda.

Nesse sentido, ressalta-se que no ano 2000 foram produzidas 3.500 toneladas de arroz; 144 toneladas de feijão; 19.500 toneladas de mandioca; 120 toneladas e 1.620 toneladas de milho. Em 2002, tem-se um aspecto bastante relevante para a economia do município de Belterra e região Oeste do Pará, a inserção da soja que vai de 450 toneladas produzidas neste ano para 31.860, em 2012 e 41.016, em 2015 (FAPESPA, 2016).

Dados de 2012, ainda de acordo com esta fundação, indicam a produção de 144.000 toneladas de mandioca; 31.860 toneladas de soja; 16.813 toneladas de milho; 9.675 toneladas de arroz; 1.800 toneladas de melancia; 618 de feijão e 24 de amendoim.

A mandioca é o principal produto agrícola beneficiado pelas famílias, destinada à produção de farinha, o alimento fundamental da dieta dos moradores e de boa parte da população estadual (FIGUEREDO *et. al.*, 2017).

Assim sendo, para o referido autor, a produção agrícola possibilita a complementação da renda monetária de muitas famílias, sendo uma garantia de segurança alimentar para estas, uma vez que destinam entre 30% e 60% da produção de mandioca para o consumo familiar.

3.1.3.3 Outras produções da comunidade São Jorge

No que se refere à outras produções, antes da saída da UC a farinha d'água representava 72,73%, seguida da tapioca com 18,18%; tucupi com 6,06% e hortaliças com 3,03%, de acordo com a tabela 20:

Tabela 20 - Outras produções realizadas pelos moradores da comunidade São Jorge

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
Outras produções	Produção (%)	Outras produções	Produção (%)
Farinha d'água	72,73	Farinha d'água	70,59
Hortaliças	3,03	Hortaliças	5,88
Tapioca	18,18	Tapioca	17,65
Tucupi	6,06	Tucupi	5,88
TOTAL	100,00	TOTAL	100,00

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

No entanto, depois do processo de saída da UC, percebe-se um aumento de 2,85% na produção de hortaliças, a qual passou a representar 5,88%. Quanto às demais produções, apresentaram redução de 2,14% para a farinha d'água; 0,53% para tapioca e 0,18% para o tucupi.

Dos 26 moradores de São Jorge que responderam ao referido questionamento, dado o período antes da saída da Flona, 24 afirmaram dividirem 50% para o consumo e 50% para a venda; 01 destina 10% ao consumo e 90% à venda e 01 reserva 100% de sua produção para a venda. Quanto ao período depois da saída da Flona, obtiveram respostas de 27 comunitários; 26 deles relataram consumir 100% da produção e 01 indicou destinar 100% para a venda.

3.1.3.4 Produção animal da comunidade São Jorge

As produções animais das famílias da comunidade São Jorge têm foco muito alto na produção de galinha caipira (tabela 21). Esta, antes da saída da Flona, representava 73,01%, passando para 79,03% depois da saída, teve um aumento de 6,02%.

Tabela 21 - Principais produções animais das famílias de São Jorge

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
Produções animais	Produção (%)	Produções animais	Produção (%)
Gado	7,94	Gado	4,84
Galinha caipira	73,01	Galinha caipira	79,03
Ovos	3,17	Ovos	1,61
Pato	7,94	Pato	3,23
Porco	7,94	Peixe	4,84
-----	-----	Porco	6,45
TOTAL	100,00	TOTAL	100,00

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Um fato a destacar, revelado pela presente pesquisa, foi a produção de ovos. Apesar do aumento da criação de galinha caipira a produção de ovos caiu em 1,56%, pois representava 3,17%, passando a 1,61%.

As demais produções: pato, gado e porco também apresentaram redução de 4,71%; 3,1% e 1,49%, respectivamente. Além do mais, depois do processo de saída da UC passa-se a ter acesso técnico para a criação de peixe, perfazendo 4,84%.

Neste item, 47 moradores de São Jorge expressaram sua opinião sobre antes da saída da Flona. Destes, 40 enfatizaram que fazem o consumo de 100% das produções; 01 indicou que reserva 5% para o consumo e 95% para a venda; outro indicou que consome 10% e reserva 90% para a venda; 03 informaram consumirem 50% e venderem 50% e 02 disseram vender 100% da produção animal de sua propriedade.

No que se refere ao período depois da saída da UC 51 comunitários deram sua resposta, sendo que 02 destes vendem a produção em sua totalidade (100%); 01 faz a divisão entre o consumo e a venda, correspondendo a 10% e 90%, respectivamente; 06 disseram destinarem 50% ao consumo e 50% à venda; 42 indicaram consumir 100% da produção animal de sua propriedade.

A produção de galináceos - galinhas era representada, em 2012, por 15.279 unidades; galináceos - galinhas, galos, frangos, frangas, pintos constitui 22.475 unidades; bovinos (24.136 unidades); suínos (1490 unidades). Em 2013, a atividade agropecuária no município de Belterra representava 50% da produção; em 2014 (42%) e em 2015 (48,33%). E em 2015, 16.322 unidades de galináceos – galinha; 39.752 de galináceos - galinhas, galos, frangos, frangas, pintos; 23.405 de bovinos e 1.836 de suínos (FAPESPA, 2016).

Segundo esta fundação, a produção de ovos em 2012, foi de 229 mil dúzias e em 2015 foi de 245 mil dúzias.

3.1.3.5 Produção extrativa da comunidade São Jorge

Quanto às produções extrativas antes da emancipação apresentavam uma significativa diversidade de espécies: Amapá, andiroba, bacaba, castanha, cipó titica, copaíba, mel, palha, súcuba, com é observado na tabela 22, abaixo:

Tabela 22 - Principais produções extrativas dos moradores da comunidade São Jorge

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
Produções extrativas	Produção (%)	Produções extrativas	Produção (%)
Amapá	7,32	Andiroba	13,33
Andiroba	12,19	Castanha	86,67
Bacaba	2,44		
Castanha	48,78		
Cipó títica	7,32		
Copaíba	4,88		
Mel	7,32		
Palha	2,44		
Sucuba	7,32		
TOTAL	100,00	TOTAL	100,00

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Dentre as produções apresentadas, a castanha tem destaque com 48,78% de toda a produção extrativa da comunidade São Jorge. A andiroba vem em seguida com 12,19%; amapá, sucuba, cipó títica e mel representam cada 7,32%; com 4,88% está a copaíba e com 2,44% estão as produções extrativas de bacaba e palha.

Depois do processo de emancipação houve uma significativa redução na diversidade de espécies extrativas; das 09 apresentadas antes da emancipação apenas a castanha e a andiroba permaneceram na lista de produções extrativas dos comunitários de São Jorge. A castanha teve um aumento de produção de 37,89% e a andiroba de 1,14%.

As produções extrativas antes da saída da UC foram indicadas por 23 comunitários. Destes, 18 informantes, mencionaram ser consumidores de 100% de sua produção; já 05 disseram vendem em sua totalidade.

Situação idêntica aconteceu no período depois da saída da UC. Dos 15 moradores que responderam ao questionamento, 13 consomem 100% da produção e 02 vendem 100%.

A extração do óleo das sementes de andiroba é uma tradição da comunidade assim como ocorre em outras regiões da Amazônia (MENDONÇA E FERRAZ, 2007). O óleo vegetal é amplamente utilizado na fabricação de remédios e cosméticos (MATOS, 2015).

A extração de óleos de espécies florestais como andiroba, copaíba feita pelas comunidades inseridas na Flona/Tapajós representa importante fonte de renda. Isto porque gera uma renda anual superior à adquirida pelo artesanato e venda de outros produtos como cascas, sementes e raízes (SILVA *et al.*, 2010).

No ano de 2012, a castanha-do-Pará teve uma produção municipal de 6 toneladas e, em 2015, esta produção sofreu uma queda para 3 toneladas (FAPESPA, 2016).

Percebe-se, portanto, que com a saída da comunidade São Jorge da Flona/Tapajós os moradores passaram ter uma relação muito mais econômica do que harmônica com a floresta,

concentrando suas atividades extrativas em duas espécies comerciais: andiroba e copaíba, ambas bastante utilizadas para fins farmacêuticos, extração de essências, repelentes, entre outros.

3.1.3.6 Produção madeireira da comunidade São Jorge

Para as produções madeireiras notam-se, na tabela 23, dados bem similares às produções extrativas. Apresentaram antes da saída da UC diversidade de espécies, como: amarelão (11,11%); andiroba (11,11%); Angelim (11,11%), copaíba (11,11%); ipê (22,22%); itaúba (11,11%); maçaranduba (11,11%); piquiá (11,11%).

Tabela 23 - Produções madeireiras dos moradores da comunidade São Jorge

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
Produções madeireiras	Produção (%)	Produções madeireiras	Produção (%)
Amarelão	11,11	Andiroba	100,00
Andiroba	11,11		
Angelim	11,11		
Copaíba	11,11		
Ipê	22,22		
Itaúba	11,11		
Maçaranduba	11,11		
Piquiá	11,11		
TOTAL	99,99	TOTAL	100,00

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Porém, depois do processo de saída da Flona/Tapajós a andiroba passou a ser, segundo os informantes da pesquisa, a única espécie madeireira explorada (100%).

Apenas 3 entrevistados indicaram trabalhar com produções madeireiras antes da saída da Flona e ambos usam somente para o consumo. A mesma situação ocorre no período depois da saída da Flona, em que apenas um entrevistados citou este tipo de produção, afirmando utilizá-la somente para consumo.

A madeira é de excelente qualidade, sabor amargo e é oleaginosa, sendo praticamente inatacável por cupins e fungos (LORENZI, 2002). O óleo possui propriedades cicatrizantes, antiinflamatórias, anti-sépticas, também vendido no mercado como repelente natural, sabão, xampus e sabonetes medicinais (BOUFLEUER, 2004).

Já o óleo de copaíba é recomendado como um agente antiinflamatório, para tratamento de todos os tipos de desordens de pele e úlceras no estômago. Ela ainda possui propriedades diuréticas, expectorantes, desinfetantes e estimulantes. Atualmente, vem sendo utilizada como

anticoncepcional, vermífugo, e ainda, como combustível, substituindo a função do tradicional óleo diesel nas lamparinas (BOUFLEUER, 2004).

Medeiros *et al.* (2011), enfatiza que a contribuição das Unidades de Conservação brasileiras para a economia nacional ocorre, sobretudo, por meio da valorização de bens e serviços associados à exploração de produtos florestais, especialmente, os não madeireiros.

Assim como aconteceu com a produção extrativa, os moradores de São Jorge passaram a concentrar a sua produção madeireira na andiroba, simbolizando um monocultivo dentro de uma área com diversidade de espécies florestais.

3.1.3.7 Caça na comunidade São Jorge

Antes da saída da Flona Tapajós, caçavam-se, conforme tabela 24: anta (3,08%); capivara (4,61%); cotia (13,85%); jabuti (7,69%); paca (30,77%); tatu (26,15%); veado (13,85%).

Tabela 24: Caças indicadas pelos moradores de São Jorge

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
Caça	Produção (%)	Caça	Produção (%)
Anta	3,08	Cotia	8,00
Capivara	4,61	Jabuti	2,00
Cotia	13,85	Paca	36,00
Jabuti	7,69	Tatu	44,00
Paca	30,77	Veado	10,00
Tatu	26,15		
Veado	13,85		
TOTAL	100,00	TOTAL	100,00

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base na entrevista dos moradores (2018).

Depois da saída da Flona/ Tapajós, o tatu passou a ser a espécie mais caçada com 44% da preferência; paca tornou-se a segunda com 36%; veado caiu para 10%; cotia para 8% e jabuti para 1%. De modo geral, a caça ao tatu teve um aumento de 17,85% e a paca 5,23%, quanto às demais apresentaram uma pequena queda no percentual.

22 entrevistados informaram que praticavam a caça antes do processo de saída da UC, a caça era 100% para o consumo de suas famílias. Depois da saída da Flona/ Tapajós, 24 moradores disseram praticá-la, sendo também para o consumo de seus familiares. Esta prática é bem diferente da realidade mostrada no depoimento a seguir:

Criado com tanta dificuldade, meu pai matava caça só pra comer e hoje o pessoal mata pra vender com tanta facilidade, destroem as coisas. E agora o que mais me deixa triste é assim: tanta luta que meu pai teve aqui pra conservar a floresta, os animais e hoje está nesta situação (DEPOIMENTO DO ENTREVISTADO 002, 2018).

Um aspecto interessante foi apresentado por FREIRE (2001). De acordo com a autora, na comunidade Piquiatuba – Flona/Tapajós existe um regime de troca e doação de caças (veado, paca, tatu, jaboti, jacaré).

Esta é uma prática bastante comum nas comunidades tradicionais em que a caça é repartida, primeiramente, entre a família nuclear (marido, esposa e filhos) e somente depois, caso o abate tenha sido de animal de grande porte, é dividido com a família extensa (mãe, irmãos e afins) e, posteriormente, por parentes mais distantes (LOPES, 2011).

De acordo com Rodrigues (2016) o predomínio de um método de caça em relação a outro ao longo do ano tem relação com a quantidade de chuvas e frutificação de determinadas espécies consumidas pelas caças e com a pesca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a maioria dos entrevistados, a agricultura continua sendo o principal tipo de produção da área (lote); antes da saída da Flona as áreas de plantio, em quase sua totalidade, eram preparadas de forma tradicional e com a saída da UC parte passou a ser trabalhada de forma tradicional e parte mecanizada; a banana continua sendo o principal produto de cultura permanente e a mandioca o principal produto de cultura temporária; há grande produção de farinha d'água apesar de ter tido uma breve queda depois da emancipação; a galinha caipira constitui a maior produção animal; andiroba e castanha continuam sendo as principais fontes extrativas, apesar de ter havido considerável redução no número de espécies; da diversidade de espécies madeireiras exploradas antes da emancipação, depois da emancipação permanece somente a andiroba e dentre as caças, o tatu continua sendo a grande preferência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUFLEUER, N. T. **Aspectos ecológicos da Andiroba** (*Carapa guianensis* Aublet., Meliaceae), como subsídios ao manejo e conservação. Rio Branco, 2004. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais). Universidade Federal do Acre. 2004.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1993. 920p.

FIGUEREDO, N. A.; TEIXEIRA, T. H.; FERREIRA NETO, J. A.; BRAGA, M. J. A economia verde como referência para análise das unidades de conservação de uso sustentável no estado do Pará, Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)**, v. 6, n.1. Jan./Jun. 2017.

FREIRE, R. M. **Sistemas locais de apropriação dos recursos e suas implicações para projetos de manejo comunitário**: um estudo de caso numa comunidade tradicional da Floresta Nacional do Tapajós – PA. Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba – SP, 2001.

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). **Estatísticas municipais paraenses**: Belterra. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. Belém, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 200 p.

LOPES, Priscila Fabiana Macedo. Relatório Ambiental da TI Maró, elaborado conforme portaria no 14/MJ/96, decreto 1775/96 e Portaria FUNAI 775 de 04/07/2008. In: **Processo FUNAI 08620.000294/2010**. Brasília: 2011, folhas. 587-642.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATOS, C. B. Diversidade e usos de quintais agroflorestais da comunidade São Domingos, Floresta Nacional do Tapajós, Belterra – PA. Santarém, 2015.

MEDEIROS, R.; YOUNG; C.E.F. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Relatório Final. Brasília: UNEP-WCMC, 2011, 120p.

MENDONÇA, A, P. & FERRAZ, I, Z, D. Óleo de andiroba: processo tradicional da extração, uso e aspectos sociais no estado do Amazonas, Brasil. INPA, **Acta Amazônica**. 2007.

RODRIGUES, G. C. L. Surara Borari, Surara Arapium - a educação escolar no processo de reafirmação étnica dos Borari e Arapium da terra indígena Maró / Gilberto Cesar Lopes Rodrigues. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, PAULO (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SILVA, E. N.; SANTANA, A. C.; SILVA, I. M; OLIVEIRA, C. M. Aspectos socioeconômicos da produção extrativista de óleos de andiroba e de copaíba na Floresta Nacional do Tapajós, Estado do Pará. In:**Revista de Ciências Agrárias**, v.53, n.1, p.12-23, Jan/Jun 2010. Disponível em: <<http://www.ajaes.ufra.edu.br>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE
VIDA
MESTRADO ACADÊMICO

TÍTULO DA PESQUISA: **DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS À EXCLUSÃO:**
um estudo de caso da comunidade São Jorge, Belterra - Pará.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Data: ____/____/____

Entrevistador: _____

Nome do Informante: _____

1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES

1. Idade: _____

2. Natural de: _____

3. Escolaridade: _____

4. Qual a sua profissão (formação)? _____

5. Qual sua ocupação no lote? _____

6. Dados da composição familiar:

	Parentesco	Idade	Escolaridade
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

ESCOLARIDADE:

PARENTESCO:

Série: 0 – não escreve

ESP: esposa/companheira

FC - Fundamental completo

FIL: filho (a)

FI - Fundamental incompleto

PAI – pais ou sogros (as)

MC - Médio completo

PAR- outros parentes

MI - Médio incompleto

OUT- amigo, agregado

TP - Técnico profissionalizante

NSC - Nível superior completo

NSI - Nível superior incompleto

OUT - Outros

1.1 COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR

1.1.1 Quais as atividades que compõem a renda de sua família?

() Produção agrícola (Valor) _____

() Produção extrativista (Valor) _____

() Produção de artesanato (Valor): _____

() Produção de gado (Valor) _____

- () Produção de pequenos e médios animais (Valor) _____
 () Aposentadoria (Quantidade e valor) _____
 () Bolsa família (Quantidade e valor) _____
 () Bolsa verde (Valor) _____
 () Assalariado com carteira (Quantidade e valor) _____
 () Assalariado sem carteira assinada (Valor) _____
 () Funcionário público (Valor) _____
 () Outros (com seus respectivos valores): _____

2 CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO – ESPAÇO TERRITORIAL

2.1 Há quantos anos o senhor (a) mora nesta área? _____

2.2 A área que o senhor mora é a mesma de antes da emancipação?

- () Sim () Não

2.2.1 Se sim. Qual o tamanho da área ocupada pela família (em hectares)? _____

2.2.1 Se não, onde ficava? (Km) _____

2.3 Qual o tamanho da área ocupada pela família (em hectares) ? _____

2.4 O senhor possui área para plantio?

- () Sim () Não

2.4.1 Se sim, onde fica sua área de plantio? (Km) _____

2.4.2 Qual o tamanho da área? _____

2.5 O Sr. ou seus pais trabalhavam na coleta?

- () seringa () castanha () açaí () pesca () caça () Outros. Qual? _____

2.6 Onde o senhor (a) morava antes de mudar para essa região? _____

2.7 Por que veio morar neste local? _____

2.8 Como o senhor (a) adquiriu sua terra?

- () Compra de parente () Compra de outra pessoa () Herança

- () Troca/Permuta () Doação de quem? _____

- () Recebeu do governo: espontâneo () Por cessão de alguém () Outros: _____

2.2 Habitação

2.2.1 Tipo de construção da casa:

- () Alvenaria () Madeira () Mista () Outro: _____

2.2.2 Sua área (lote) tem documentação do tipo:

- () Recibo de Compra e Venda com registro em Cartório () Recibo de Compra e Venda sem registro em Cartório

- () Título pela Prefeitura

- () Escritura em Cartório

- () Não tem nenhum documento

- () Outros: _____

3 ATIVIDADES PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS NA ÁREA

3.1 Qual o tipo de produção de sua área?

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
<input type="checkbox"/>	Agricultura	<input type="checkbox"/>	Agricultura
<input type="checkbox"/>	Extrativismo	<input type="checkbox"/>	Extrativismo
<input type="checkbox"/>	Pecuária	<input type="checkbox"/>	Pecuária
<input type="checkbox"/>	Criação de pequenos animais	<input type="checkbox"/>	Criação de pequenos animais
<input type="checkbox"/>	Outros:	<input type="checkbox"/>	Outros:

3.2 Qual a área total trabalhada? (hectare ou tarefas)? _____

3.3 Preparo da área para plantio

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
<input type="checkbox"/>	Totalmente mecanizada (quantas ha:)	<input type="checkbox"/>	Totalmente mecanizada (quantas ha:)
<input type="checkbox"/>	Totalmente tradicional (quantas ha:)	<input type="checkbox"/>	Totalmente tradicional (quantas ha:)
<input type="checkbox"/>	Parte mecanizada (quantas ha:)	<input type="checkbox"/>	Parte mecanizada (quantas ha:)
<input type="checkbox"/>	Parte tradicional (quantas ha:)	<input type="checkbox"/>	Parte tradicional (quantas ha:)

3.4 ATIVIDADES (S) REALIZADAS PELA FAMÍLIA NA ÁREA DE PLANTIO									
3.4.1 Culturas/Lavouras Permanentes									
Antes da saída da Flona					Depois da saída da Flona				
PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?	PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO ? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?
Abacaxi									
Abacate									
Banana									
Cupuaçu									
Laranja									
Limão									
Tangerina									
Açaí									
Pimenta do reino									

3.4.2 Culturas/Lavouras Temporárias									
Antes da saída da Flona					Depois da saída da Flona				
PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?	PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO ? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?
Arroz									
Feijão									
Mandioca									
Macaxeira									
Batata doce									
Cará									
Melancia									
Alface									
Couve									
Cheiro verde									

3.4.3 Outras Produções									
Antes da saída da Flona					Depois da saída da Flona				
PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?	PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO ? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?

Farinha d'água									
Tapioca									
Tucupi									

3.4.4 Produções Animais									
Antes da saída da Flona					Depois da saída da Flona				
PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?	PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO ? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?
Galinha caipira									
Patos									
Gado									
Porco									
Ovos									
Peixes									

3.4.5 Produções Extrativas									
Antes da saída da Flona					Depois da saída da Flona				
PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?	PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO ? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?
Açaí nativo									
Palmito									
Patauí									
Bacaba									
Castanha									
Borracha									
Seringa									
Látex									
Amapá									
Sucuba									
Andiroba									
Copaíba									
Cipó titica									
Palha									
Mel									

3.4.6 Produções Madeireiras									
Antes da saída da Flona					Depois da saída da Flona				
PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?	PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO ? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?
Andiroba									
Maçaranduba									
Ipê									
Sucupira									
Samaúma									
Macacaúba									
Seringueira									
Castanheira									
Angelim									
Pau Rosa									

3.4.7 Caça									
Antes da saída da Flona					Depois da saída da Flona				
PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?	PRODUTOS	ÁREA	CONSUMO ? QTO?	VENDEU QDE?	QUANTO VALOR?
Anta									
Veado									
Paca									
Capivara									
Catitu									
Cotia									
Guariba									
Jabuti									
Macaco									
Pato branco									
Tatu									
Onça									
Gato maracajá									

4 PERFIL AMBIENTAL DA COMUNIDADE

4.1 Faça uma avaliação da importância dos recursos naturais de sua comunidade:

Recursos avaliados	- 10 anos (passado)				0 (presente)				+ 10 anos (futuro)			
	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI
Floresta (andiroba, copaíba, Amapá, piquiá, breu)												
Floresta (madeira)												
Caça												
Roçado (agricultura)												
Igarapés												
Fauna												

MI = Muito Importante I= Importante PI= Pouco Importante NI= Não é importante

4.2 Resíduos e efluentes gerados no imóvel rural

4.2.1 Destino de esgoto gerado nas residências

- () Fossa seca ou rudimentar () Fossa séptica () Rede de esgoto
 () Joga direto no curso d'água () Céu aberto

4.2.2 Destino do lixo (doméstico e das atividades)

- () Queimado () Descartado no meio da vegetação () Coletado pela prefeitura
 () Enterrado () Outros

4.3 São realizadas campanhas e ações de sensibilização para a conservação ambiental na comunidade?

- () Sim () Não

4.4 Você participa dessas campanhas e ações?

- () Sim, acho muito importante () Não, mas acho importante
 () Eventualmente () Não participa

4.5 Você está contente com a forma de como estão sendo utilizados os recursos naturais na comunidade?

Sim		Não		Não soube responder	
-----	--	-----	--	---------------------	--

Porquê? _____

4.6 Seu imóvel possui Cadastro Ambiental Rural? () sim () não

4.7 Usa fogo para a limpeza das áreas de produção?

- () Sim () Não

4.8 Você acha importante conservar as florestas, os rios, os animais, os mananciais, etc existentes na sua área e nos arredores da comunidade?

- () Sim. Por quê? _____

- () Não. Por quê? _____

4.9 Qual (is) o (s) problema (s) socioambiental (is) você identifica na sua comunidade, hoje?

- () poluição do igarapé () assoreamento de igarapés, nascentes () morte de nascentes, igarapés () desmatamento () proliferação de doenças por meio do lixo () uso de agrotóxicos
 () resíduos sólidos () queimada () caça predatória () muito barulho () falta de rede de esgoto () falta saneamento
 () urbanização desordenada () invasão de áreas na comunidade () iluminação elétrica
 () falta água potável () venda de áreas na comunidade () falta escola
 () outros: _____

5 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS NA COMUNIDADE

5.1 Qual a situação das estradas e ramais de acesso à comunidade?

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
	Excelente		Excelente
	Bom		Bom
	Regular		Regular
	Ruim		Ruim
	Péssimo		Péssimo

5.2 Qual a situação de acesso a água potável?

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
	Captação de água através de poço artesiano		Captação de água através de poço artesiano
	Captação de água através de poço boca larga (cacimba)		Captação de água através de poço boca larga (cacimba)
	Captação de água através de microssistema comunitário		Captação de água através de microssistema comunitário
	Captação de água de chuva		Captação de água de chuva
	Captação de água do igarapé		Captação de água do igarapé
	Outros?		Outros?

5.3 Situação da saúde

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
	Existia posto de saúde na sua comunidade		Existe posto de saúde na sua comunidade
	Existia posto de saúde em outra comunidade		Existe posto de saúde em outra comunidade
	Não existia posto de saúde próximo para atendimento		Não existe posto de saúde próximo para atendimento
	Buscava o serviço de saúde na área urbana de Santarém		Busca o serviço de saúde na área urbana de Santarém
	Outros		Outros

5.4 Situação da educação

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
	Estudavam o ensino fundamental na escola da própria comunidade		Estudam o ensino fundamental na escola da própria comunidade
	Estudavam o ensino fundamental na escola de outra comunidade		Estudam o ensino fundamental na escola de outra comunidade
	Estudavam o ensino médio em escola na própria comunidade		Estudam o ensino médio em escola na própria comunidade
	Estudavam o ensino médio em escola de outra comunidade		Estudam o ensino médio em escola de outra comunidade
	Estudavam o ensino médio em escola em Belterra		Estudam o ensino médio em escola em Belterra
	Foram alunos da Casa Familiar Rural		São alunos da Casa Familiar Rural
	Outros		Outros

5.5 Qual a situação do transporte?

Antes da saída da Flona		Depois da saída da Flona	
	Excelente		Excelente
	Bom		Bom

	Regular		Regular
	Ruim		Ruim
	Péssimo		Péssimo

6 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

6.1 Quais as formas de organizações existentes na sua comunidade?* Pode marcar mais de uma opção

- () Associação Comunitária () Associação intercomunitária () Delegacia sindical
 () Grupos de Mulheres () Grupo de jovens () Clubes de futebol
 () Conselho Comunitário() Outros: _____

6.2 Você participa de alguma organização na comunidade?

- () Se sim, qual? _____
 () Se não, por quê? _____

6.3 Como você avalia a organização comunitária dentro da comunidade?

- () Forte () Regular() Fraca() Insuficiente() Não tem conhecimento

6.4 Qual a sua avaliação em relação ao funcionamento da (s) entidade (s) que cuida(m) da gestão da comunidade?

- () Funciona bem na gestão da comunidade
 () Funciona precariamente na gestão da comunidade
 () Não funciona
 () Não tem conhecimento
 () Outros? _____

6.5 O que você espera que aconteça daqui para o futuro na comunidade? _____

6.6 Quais tipos serviços você gostaria de receber em sua comunidade? _____

7 PERCEPÇÃO SOBRE A SAÍDA DA FLONA/TAPAJÓS

7.1 Como era o local na época quando chegou?

7.2 Você participou das discussões que levaram à saída de São Jorge da Flona?

- () Sim () Não

7.4 Você foi a favor ou contra? Por quê? _____

7.5 Qual motivo o levou a querer sair da Floresta Nacional do Tapajós?

7.6 Quais as mudanças ocorridas na comunidade com a saída da Flona?

Sociais: _____

Saúde: _____

Ambientais: _____

Segurança: _____

Migração: _____

Agricultura: _____

Institucionais: _____

Econômicas: _____

7.7 Você acha que a saída da comunidade da Flona favoreceu ou prejudicou a comunidade?

7.7.1 Por quê? _____

7.8 Qual a sua avaliação sobre a gestão do ICMBio/IBAMA na comunidade quando São Jorge ainda fazia parte da FLONA?

() Excelente () Bom () Regular () Péssimo

7.9 Quais as atividades desenvolvidas? _____

7.10 Atualmente, este órgão continua atuando na comunidade? Como? _____

7.11 Há atuação de ONG's na comunidade? Quais? _____

7.11.1 Como atuam? _____

7.12 Quais as principais dificuldades enfrentadas por você e sua família na comunidade, hoje?

7.13 Você concorda que a emancipação foi a melhor forma para assegurar a qualidade de vida dos moradores?

() Sim. Por quê?: _____

() Não. Por quê? _____

7.14 O que a comunidade São Jorge representa para você? _____

7.15 O que você indicaria que nunca acabasse na comunidade: _____

7.16 Você gostaria de fazer novamente parte da FLONA? Por quê? _____
